

TRABALHO, LUCRO E REGENERAÇÃO NA CASA DE CORREÇÃO DE PORTO ALEGRE DURANTE A REPÚBLICA VELHA

WORK, PROFIT AND REGENERATION IN CASA DE CORREÇÃO THE PORTO ALEGRE DURING THE OLD REPUBLIC

TIAGO DA SILVA CESAR

Universidade Católica de Pernambuco

RESUMO

Neste artigo, analisam-se os esforços político-econômicos de parte dos governantes gaúchos para dotar as oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre, criadas entre 1896 e 1897, de uma organização e administração fabril. Discutem-se os limites da ideologia correccionalista em voga, anclada num economicismo que antes priorizava a constituição de um regime industrial, lucrativo e desonerador dos gastos penitenciários em vez do desenvolvimento de experiências laborais, independentemente de seus resultados financeiro-comerciais. Embora o trabalho fosse entendido como elemento-chave para a “regeneração” dos reclusos, a implementação de oficinas no recinto prisional só teria lugar se fosse rendosa ao Estado.

Palavras-chave: trabalho penal, oficinas, lucro, presos, regeneração.

ABSTRACT

In this article we analyse the political-economic efforts of the gauchó government to provide the workshops of Casa de Correção de Porto Alegre, created between 1896 and 1897, with a factory-style system of organization and administration. We shall discuss the limits of the current correctionalist ideology, underpinned by an economism which previously prioritized the constitution of an industrial, profitable and tax-free regime for penitentiary expenses rather than the development of work experience, regardless of their financial-commercial results. Although work was seen as a key element for the “regeneration” of prisoners, the implementation of workshops in the prison would only take place if they were profitable to the State.

Keywords: scriminal work, workshops, profit, prisoners, regeneration

RESUMEN

TRABAJO, LUCRO Y REGENERACIÓN EN LA CASA DE CORREÇÃO DE PORTO ALEGRE DURANTE LA VIEJA REPÚBLICA

En este artículo analizamos los esfuerzos político-económicos de parte de los gobernantes gauchos para dotar a los talleres de la Casa de Correção de Porto Alegre, creada entre 1896 y 1897, con una organización y administración al estilo fabril. Se discuten los límites de la ideología correccionalista actual, apuntalada por un economicismo que antes priorizaba la constitución de un régimen industrial, rentable y libre de impuestos para los gastos penitenciarios, en lugar del desarrollo de experiencias laborales, independientemente de sus resultados financiero-comerciales. Si bien el trabajo se entendió como un elemento clave para la “regeneración” de los presos, la implementación de talleres en la prisión sólo se llevaría a cabo si era rentable para el Estado.

Palabras clave: trabajo penal, oficinas, presos, regeneración.

RESUM

TREBALL, LUCRE I REGENERACIÓ A LA CASA DE CORREÇÃO DE PORTO ALEGRE DURANT LA VELLA REPÚBLICA

En aquest article analitzem els esforços polítics i econòmics per banda dels governants gautxos per a dotar als tallers de la Casa de Correção de Porto Alegre, creada entre 1896 i 1897, d'una organització i administració a l'estil fabril. Es discuteixen els límits de la ideologia correccional actual, apuntalada per un economicisme que abans prioritzava la constitució d'un règim industrial, rendible i lliure d'impostos per a les despeses penitenciàries, en lloc del desenvolupament d'experiències laborals, independentment dels seus resultats financers i comercial. Si bé el treball es va entendre com un element clau per a la “regeneració” dels presos, la implementació de tallers a la presó només es duria a terme si era rendible per a l'Estat.

Paraules clau: treball penal, oficines, presos, regeneració

Em 1913, a Casa de Correção de Porto Alegre já estava há vinte anos sob o governo castilhista.¹ Suas oficinas, criadas entre 1896 e 1897, haviam rendido aos cofres do Estado do Rio Grande do Sul, no ano anterior, o montante de 124:049\$410 (cento e vinte quatro contos, quarenta e nove mil e quatrocentos e dez réis). E tal como iam transcorrendo os negócios em 1913, tudo indicava maiores proventos para o ano seguinte.

Por essa razão, ao propor à Assembleia Legislativa, em 20 de setembro de 1913, o orçamento para 1914, fixando-se a verba de 214:768\$000 réis para o custeio das oficinas, pessoal administrativo, alimentação e vestuário dos presos, além da criação de delegacias e “outras despesas menores”, Borges de Medeiros não hesitou em “advertir” que o aumento verificado nessa rubrica seria em grande parte ressarcido com a “renda” das ditas oficinas, que até julho último “já havia recolhido ao Tesouro 110:000\$000” (MEDEIROS, 1913: 80). De fato, o lucro auferido neste ano alcançaria ainda os 126:448\$045 réis (CESAR, 2021).

1 Júlio Prates de Castilhos foi um dos principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense e expoente de sua base doutrinária até seu falecimento, em 1903. Considerado patriarca do partido, sua política de governo teve continuidade em seus sucessores, daí a expressão.

Graças à introdução das oficinas e à organização do trabalho penal com o apoio do Estado, o estabelecimento penitenciário porto-alegrense se transformou rapidamente em um complexo fabril exitoso, tornando realidade o sonho de muitos governantes, desde o fechamento das pioneiras oficinas, em 1855. Então se alegava que, em vez de lucros, as oficinas geravam despesas ao erário público (CESAR, 2015). Se observamos pela ótica de Rusche e Kirchheimer (2004), veremos que não é coincidência que a nova aposta pela implantação do trabalho penal sob tutela governamental se dá justamente numa conjuntura econômica experienciada pelo Brasil, em geral, e pelo Rio Grande do Sul, em particular, de expansão do processo de industrialização (RUSCHE e KIRCHGEIMER, 2004).

Conforme Bodea, a

“partir do final do século XIX surge um parque industrial mais diversificado no Rio Grande do Sul. De acordo com o Censo de 1907 o Rio Grande era a terceira unidade da Federação em termos de produto industrial, responsável por 15% da produção manufatureira do país, contra 16% gerados em São Paulo e 33% no Distrito Federal”.

Ainda segundo o autor, o “Estado possuía então a mais alta porcentagem nacional de firmas industriais de propriedade individual, o maior número de bancos controlados por capitais nacionais e o maior índice de investimentos norte-americanos”. E conclui afirmando que a expansão industrial deu-se, “em parte, às custas de uma intensificação da exploração da força de trabalho: a jornada média de trabalho situa[va]-se entre 10 e 12 horas diárias nas fábricas, oficinas e construção civil; no comércio tem-se notícia de jornadas de trabalho ainda mais prolongadas”, e o “trabalho feminino e infantil percebia uma remuneração ainda mais baixa do que o trabalho operário adulto” (BODEA, s/d: 24-25).

O recorte cronológico em tela compreende, portanto, esse período de desenvolvimento industrial que, ademais de requerer a formação de uma massa operária, fosse ela também reprodutora da concepção ideológica burguesa de trabalho. E o caso do estabelecimento penal de Porto Alegre pode ser caracterizado como uma experiência eminentemente industrial tutelada pelo Estado, justificada por um suposto treinamento industrial, aquisição de hábitos de trabalho, educação e religiosidade.

Não obstante, e apesar de reconhecermos a existência de um coquetel disciplinar, por questão de espaço, analisar-se-á, apenas, o desenvolvimento das referidas oficinas, a fim de elucidar a equiparação realizada pelas autoridades castilhistas entre lucro e êxito do sistema correccional

rio-grandense. Vale acrescentar que o projeto penitenciário gaúcho gozou de um amplo apoio das autoridades civis, políticas, militares e religiosas, além de industriais e intelectuais ligados de alguma forma às instituições supracitadas e, claro, ao partido no poder ao longo da República Velha (1889-1930).

“O TRABALHO É O FACTOR DA REGENERAÇÃO”

O êxito econômico das oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre foi utilizado ao longo da República Velha como prova incontestável da competência do Partido Republicano Rio-Grandense em matéria penitenciária, chegando inclusive a ser apresentado e publicizado o referido estabelecimento penal como um modelo para todo o Brasil (CESAR, 2021).

Não somente os mandatários estaduais em suas mensagens e relatórios mas também a imprensa faziam eco aos logros produtivos obtidos no velho casarão, equacionando-os a um suposto sucesso do regime correccional. Mas se enganaria quem pensasse que o reconhecimento viria apenas da imprensa castilhistal local. A esta alabança também somavam-se outros jornais do Brasil e ilustres visitantes.²

Em uma extensa matéria publicada em 24 de junho de 1916, no *Jornal do Commercio*, uma das principais folhas cariocas à época, elogiou-se a administração gaúcha por possuir “vários estabelecimentos realmente modelares”, dentre os quais destacava-se a Casa de Correção de Porto Alegre. Segundo o articulista, o estabelecimento seguia “com pleno êxito os princípios fundamentaes do systema penitenciario moderno” (*Jornal do Commercio. Edição da Tarde*, 24 de junho de 1916, p. 1).

2 Para fazermos uma pequena ideia, citemos aqui apenas dois: em 1911 visitou a Casa de Correção, Francisco de Paula Pereira Faustino, Diretor da penitenciária de Niterói, Rio de Janeiro. Este funcionário veio comissionado pelo governo daquele Estado, conforme se publicou à época, para “estudar a organização do trabalho” desenvolvida no correccional porto-alegrense (*A Federação*, 27 de março de 1911, p. 2). Em sua mensagem de 1911 à Assembléia Legislativa, o próprio Presidente do Estado confirmou ter enviado Faustino para “estudar a organização do trabalho nos institutos congeneres do Rio Grande do Sul, Montevidéo e Buenos Ayres, recomendando-o por carta” a Carlos Barbosa, Presidente do Estado anfitrião (BOTELHO, 1911: 41). E, em 24 de setembro de 1923, ninguém menos que José Gabriel de Lemos Britto, encarregado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luiz Alves, na condição de delegado especial, para visitar todas as prisões do país “em procura de dados e impressões sobre os sistemas penitenciarios adoptados nos diversos Estados” (ALVES, 1924: 339).

Ora, o que então se entendia por *sistema penitenciário* era justamente a aplicação diária dos condenados em atividades laborais em comum, de dia, e segregação em regime celular pela noite, tal como prescrevia o velho sistema auburniano.³ Mas dos dois preceitos, como já se sabia há muito tempo, somente o primeiro se cumpria ao pé da letra. Mas isso não arranhou a reputação da instituição, já que o lucro auferido de suas oficinas por meio do trabalho penal constrangia o aparecimento de qualquer crítica séria, ainda mais quando se contava com o apoio de diferentes setores da sociedade civil, militares e da própria Igreja. Some-se a isso o fato de que a *prisão celular* fora considerada pelo próprio Borges de Medeiros como uma das “aberrações” do século XIX (MEDEIROS, 1898: 22).

Conforme a reportagem de 1916, datava de 1897 a “feição comercial dada ao estabelecimento, mantida dentro de um critério econômico, mercê do qual, de 1901 para cá, o movimento das oficinas tem sempre, com vantagens directas para o Estado, apresentado saldo” (*Jornal do Comercio. Edição da Tarde*, 24 de junho de 1916, p. 1). Esse costumava ser o tom das matérias, pois normalmente se iniciava destacando o lucro e as vantagens para os cofres públicos, e somente depois, quase como um apêndice, ou como se de um desdobramento natural se tratasse, colocava-se de manifesto os supostos ganhos disciplinares. Dessa forma, poderia se afirmar que o *modelar* era antes de tudo o logro econômico obtido e não a “regeneração” dos encarcerados.

De fato, foi só após a discriminação de todos os valores “liquido[s] apurado[s]”, desde 1901 até 1914, que finalmente se passou a apresentar quais as oficinas existiam no estabelecimento e a que outros fins supostamente

3 O sistema penitenciário implantado nas cadeias de Filadélfia, daí o nome de filadélfico ou pensilvânico, por sua origem, surgiu por volta de 1792, atribuído à influência Quaker. Primeiramente se caracterizou pelo *solitary confinement*, que era aplicado, segundo Duprat (1987: 30 e 52), somente a uma pequena minoria de “grandes criminosos” e de maneira temporária determinada pelos juizes. Ainda conforme esta autora, o sistema celular de reclusão ininterrupta (dia e noite), com ou sem trabalho, só se generalizaria em 1829, na prisão de Cherry Hill (Filadélfia). Já Tocqueville e Beaumont datam de 1786 o “nascimento do sistema penitenciário” nos Estados Unidos, como consequência dos esforços Quakers respeito à abolição da pena de morte, mutilação e chicote da legislação da Pensilvânia, implantando em seu lugar o encarceramento solitário sem trabalho para os réus de crimes capitais. Este sistema surge na prisão de Walnut-Street, enquanto que a trajetória da de Auburn só começará muito mais tarde, em 1816 (TOCQUEVILLE e BEAUMONT, 2005: 106-107 e 110). O sistema auburniano, ou *silence system*, consistia em trabalho diurno coletivo, em silêncio, e encarceramento solitário pela noite.

atendiam. Os ganhos em termos disciplinares são trazidos de maneira claramente suplementar, quase que vergonhosamente buscando atenuar a ênfase dada ao lucro obtido, diga-se de passagem, com o trabalho penal dos condenados.

“De resto, o intuito do governo estadual não é tanto o de diminuir os encargos do custeio quanto o de sanear, pela escola, pela educação, pelo trabalho, os máos elementos que alli dão entrada, de modo a poder, cumpridas as penas, restituil-os á sociedade, completamente mudados, transformados em unidades uteis e dispondo, para encetar essa nova phase da vida, de um pequeno peculio” (*Jornal do Comercio. Edição da Tarde*, 24 de junho de 1916, p. 1).

Embora não tenhamos espaço para tratar da questão escolar e religiosa, uma coisa é possível adiantar. Apesar de importantes instrumentos disciplinares, o elemento educacional, acima mencionado, não teve um impacto significativo se compararmos a média de presos-alunos frequentadores da escola do penal (entre 40 e 50) com a massa presidiária existente ao longo da República Velha.⁴ Entre outros problemas que incidiam sobre a regularidade das aulas, os próprios presos alegavam preferir utilizar o tempo que estariam em sala para descansar da extenuante jornada de trabalho nas oficinas.

“Parecerá estranho que de 400 e tantos condemnados aqui existentes, só 10% frequentem a Escola.

Ha porém, a objectar que, sendo o horario determinado pelo Regulamento do meio dia as duas, momento em que os alumnos operarios comem e descançam, a maior parte delles depois de uma frequencia regular, deixam de frequentar a aula, allegando cansaço”.

4 Desde 1914 até 1930, a Casa de Correção apresentou uma flutuação carcerária anual sempre por cima dos 500 presos, mas desconfiamos que, já no início do século, esse fluxo humano fosse bastante elevado. Em 1903, para citar um exemplo, contabilizaram-se 687 reclusos (CESAR, 2021). Por outra parte, desde esse mesmo ano as oficinas ocupavam, cotidianamente, entre 200 e 300 encarcerados, chegando inclusive a superar essa média em alguns momentos. Vale lembrar, todavia, que a Correção recebia condenados de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O que, por certo, era considerado um motivo “justo” pela máxima autoridade no recinto e autor destas notas, o Administrador Frederico Ortiz,⁵ tendo por isso mesmo “consentido no trancamento da respectiva matricula” sempre que lhe solicitavam (ALVES, 1915: 49). Aliás, entendia este funcionário que o sistema penitenciário moderno “recommenda a ocupação diaria do detento, e maior numero de horas possível”, além de opinar ser um “absurdo” que se empregassem os reclusos em “trabalhos inuteis” (ALVES, 1915: 48).⁶ Não precisaríamos dizer que a fala de Ortiz também representava a opinião dos governantes sul-rio-grandenses.

Quanto ao pecúlio acumulado pelos condenados, resta dizer que, assim como o lucro representava o êxito do sistema penitenciário, a constituição de uma espécie de poupança pelos presos também era apresentada, não poucas vezes, como a causa que levaria os encarcerados a se entregarem de bom grado ao trabalho morigerado e disciplinado nas oficinas da prisão. Foucault acerta, sem sombra de dúvidas, quando fala da “constituição de uma relação de poder”, ou de “um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (FOUCAULT, 2012: 230), mas ao menos em nosso caso, seria um equívoco ou ingenuidade acreditar que os governantes rio-grandenses se contentariam com a ideia de que a utilidade do trabalho penal pudesse valer apenas por sua “forma econômica vazia”.

São muito sintomáticas algumas frases justificadoras e avalizadoras vertidas pelas autoridades sul-rio-grandenses em suas prestações de contas, relativas ao caráter instrutivo do trabalho penal, enquanto escola de preparação de uma futura mão de obra qualificada e moralizada. Em 1903

5 O Tenente-Coronel Frederico Ortiz foi o sexto Administrador da Casa de Correção de Porto Alegre após a implementação das oficinas. Sua nomeação saiu em 4 de fevereiro de 1913, mas ele só assumiu o cargo no dia 7 do mesmo mês, sucedendo ao também Tenente-Coronel Francisco Antonio de Oliveira Moraes “que pedira exoneração”. Antes de assumir o penal e permanecer à sua frente até julho de 1920, Ortiz ocupou a cadeira de Sub-Chefe de Polícia da 6ª região policial, e era um reconhecido correligionário do Partido Republicano Rio-Grandense (ALVES, 1913: 508; 1915: 67; *A Federação*, 7 de fevereiro de 1913, p. 3).

6 Vale esclarecer que os relatórios do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior eram normalmente elaborados a partir de uma série de outros relatórios escritos pelos responsáveis dos diversos departamentos, seções e instituições sob a responsabilidade da pasta. Assim, quando nos referimos aos relatórios da Casa de Correção, produzidas pelos respectivos administradores, ou, a algumas falas dos Chefes de Polícia, nos reportamos ao relatório do secretário onde os mesmos se encontram anexados ou compilados.

escreveu o Administrador Tenente-Coronel Ernesto Theobaldo Jaeger⁷ que, na Casa de Correção, os condenados “encontram uma escola de trabalho ou uma officina onde podem aprender um officio que os habilite a vencer mais tarde, por honrados meios, as difficuldades que os induziram talvez á pratica das más acções que ali os levaram” (ABBOTT, 1903: 6). Francisco Thompson Flores, Chefe de Polícia em 1914, comentando a substituição do regulamento de 1896 pelo de 1913, disse que “os dois fins principaes da sua criação”, referindo-se às oficinas, eram “educar o delinquente e preparal-o para a vida industrial” (ALVES, 1914: 55). E Plauto de Azevedo⁸ disse, em 1924, que o “trabalho, fonte precipua da regeneração individual, ha merecido a maior attenção de seu administrador, que não tem poupado esforços na ampliação das officinas, desdobrando-lhes a capacidade de producção e habilitando-os a satisfazerem as exigencias dos mercados consumidores” (ALVES, 1924: 322).

Anos antes, esse mesmo funcionário havia mencionado a prática de expedição de certificados de boa conduta, pela administração, quando concluíam os presos suas penas, “onde tambem consta a profissão adquirida durante a reclusão, as boas acções que praticaram, para que, uma vez em liberdade, tenham facilitado em obter empregos e possam permanecer no trabalho honesto” (ALVES, 1922: 539).

Desde essa ótica, amplamente compartilhada, o trabalho é a chave da *regeneração*. A falta do hábito laboral e da disciplina que ele impõe à vida das pessoas, e, conseqüentemente, a dificuldade econômica dele resultante, eram tomados como os principais motivos da criminalidade, de forma que, inversamente, não haveria outro melhor caminho de resgate e

7 Nascido em Porto Alegre, em 21/02/1857, foi Secretário da Chefatura de Polícia e Presidente do Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional e da Associação dos Funcionários Públicos. Em comissão chegou a exercer inúmeras vezes o cargo de Chefe de Polícia do Estado e, durante cinco anos, ocupou a cadeira de Administrador da Casa de Correção (1900-1904), sucedendo ao Capitão Antonio Leite Mendes Bastos. Nomeado oficial da citada chefatura por decreto do ministério da Justiça, em 29/05/1886, desempenhou diversos cargos, entre os quais, o de diretor e sub-diretor da referida secretaria e Delegado de Polícia. Faleceu na capital em 15/05/1923 (*Federação*, 15 de maio de 1923, p. 3).

8 Plauto foi designado pelo governo do Estado para substituir Frederico Ortiz “durante o seu impedimento”, em 1º de julho de 1920. A nomeação, não obstante, só saiu em 06/10/1920, pelo decreto nº 2671, “visto ter sido concedida aposentaria” à Ortiz. Antes de assumir e se tornar o sétimo Administrador da *era fabril* da Casa de Correção, e, ao que tudo indica, primeiro civil, Plauto exerceu o cargo de Delegado Judiciário do 1º Distrito de Porto Alegre (ALVES, 1921: 465).

regresso desses indivíduos ao seio da sociedade do que por meio da aplicação a um ofício. “O trabalho é o factor da regeneração” (*A Federação*, 21 de junho de 1927, p. 3), diria o Desembargador Francisco de Souza Ribeiro Dantas, de forma que tanto a disciplina como a moralização só poderiam ser alcançadas por meio dele, e *trabalho* passou a ser sinônimo de *regeneração*,⁹ ainda que esta, como ainda veremos melhor, tivesse que vir de mãos dadas com o *lucro*.

E não há nada mais sintomático, nesse sentido, do que as avaliações dos pedidos de liberdade condicional realizadas pelo Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul.¹⁰ Dois casos deliberados durante a 37ª sessão, celebrada no dia 20 de junho de 1927, ilustram isso muito bem. O primeiro deles é uma justificativa dada por um membro do colegiado que votara contra a concessão de livramento solicitada pelo sentenciado Ranco Marowitz. Entre outras questões desabonadoras, alegou-se que o peticionário “não tinha aptidão para o trabalho e tanto isso era certo que nem exercera a sua actividade nas oficinas da Casa de Correção, havendo sido aproveitado na limpeza dos pateos, cocheiras, etc., do estabelecimento penal”. O segundo diz respeito ao requerimento de Aurival Graciolino da Silva. Nesse caso, foi o próprio Francisco de Souza Ribeiro Dantas, Presidente do Conselho, que exprimiu um parecer contrário expressando o que segue:

“Consta nos documentos que instruem o pedido que durante cerca de 4 anos de execução da pena, o liberando mostrou-se refractario ao trabalho, vivendo em plena ociosidade, e até incorrendo por esse facto em censura da administração do estabelecimento penal” (*A Federação*, 21 de junho de 1927, p. 3).

9 A manutenção do *trabalho* como um dos componentes-chave do coquetel correcional também foi observado em outros estudos. Santos (2006: 461), por exemplo, observou que: “Apesar da mudança do perfil do interno, o discurso sobre o papel regenerador do trabalho se mantinha. Os diretores das instituições prisionais, muitas vezes bacharéis de direito, defendiam publicamente a obrigatoriedade do trabalho, sob a alegação de que ele propiciaria uma fonte de receita para a instituição, pecúlio para o preso posto em liberdade e, principalmente, hábitos salutareos e regeneração moral” (SILVEIRA, 2009: 100-101).

10 O referido conselho fora instituído pelo decreto nº 3.432, de 16/02/1925, e instalado oficialmente em Porto Alegre no dia 09/05/1925 (*A Federação*, 17 de agosto de 1926, p. 5).

Insistia o Desembargador que “a lei considera o trabalho como condição de regeneração, e conseqüente [fator para a] concessão de livramento”. Amparou ainda seu parecer numa máxima atribuída a John Howard¹¹ e a um prólogo de São Paulo. Do primeiro: “Fazei os homens trabalhar, si quizerdes fazel-os honestos”, e do segundo: “Quem não trabalha, não tem direito a viver” (*A Federação*, 21 de junho de 1927, p. 3). A exortação do apóstolo, segundo as escrituras, era a de que “se alguém não quer trabalhar, também não coma”, o que, ao nosso ver, possui um sentido bem diferente da tradução realizada por Francisco Dantas.

Em todo caso, as citações são autoexplicativas, mas, resumidamente, poderíamos dizer que o molde ideológico pensado para o estabelecimento modelo rio-grandense baseava-se na aplicação ao trabalho e no inculcamento de valores burgueses através da repetição de gestos, rotinas e movimentos que auxiliavam a naturalizar o lugar que cada sentenciado ocupava na hierarquia social do penal,¹² em particular, e na sociedade civil em geral. Em uma frase: trabalho, pecúlio/salário, moralização, respeito à hierarquia e submissão.

A TRANSFORMAÇÃO DA CASA DE CORREÇÃO NUMA “GRANDE FÁBRICA”

Em 1916, já se haviam passado quase vinte anos desde que o Capitão Antonio Leite Mendes Bastos dera, em 1897, “organização oficial as oficinas de chapéus de palha, vassouras e marcenaria, unicas que então existiam e que antes deste Administrador eram exploradas por conta dos proprios presos”. Isso significava, em palavras de Frederico Ortiz, deixar de trabalhar por conta própria, e passar a fazê-lo *pelo e para* o Estado, único responsável pela “feição commercial” do estabelecimento (ALVES, 1915: 67).

Naquele ano, segundo matéria anteriormente citada, a Casa de Correção contava com treze oficinas (serralharia, marcenaria, fotografia, padaria, alfaiataria, mosaico, sapataria, tela, tipografia, usina elétrica, tanoaria,

11 O inglês John Howard considerava o trabalho obrigatório um dos elementos-chave para a reforma dos estabelecimentos de reclusão em sua obra *The State of the Prisons in England and Wales, with Preliminary Observations, and an Account of Some Foreign Prisons* (1777). Veja-se HOWARD (2003).

12 Conforme o artigo 11 do Regulamento de 1896, constituía uma das obrigações do administrador “fazer com que o tratamento penitenciário se individualize tanto quanto possível” (SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO AHRs, 2001: s/p.).

virolas,¹³ espelhação e gravuras), ademais do jardim e da horta, “tratados como se fossem um pequenino campo de demonstração para a floricultura e a horticultura” (*Jornal do Commercio. Edição da Tarde*, 24 de junho de 1916, p. 1).



Fig. 1 Vista panorâmica da fachada da Casa de Correção (antes de 1917).



Fig. 2 Vista da oficina de serralharia (1913).



Fig. 3 Seção de empacotamento e encaixotamento (1913).

Foi certamente o período auge das tentativas de aumentar ainda mais o número de ofícios e oficinas organizadas na Casa de Correção, que, por então, tinha o aspecto que se pode ver através da imagem nº 1. A essa altura, alguns produtos ali fabricados tinham alcançado, além do Rio Grande do Sul, mercados longínquos, tal como podemos observar através da imagem nº 3, onde aparece gravado “Santos S Paulo” nos caixotes preparados na seção de empacotamento e encaixotamento da oficina de serralharia.

13 Na verdade, essa oficina já havia sido extinta pelo Chefe de Polícia, em autorização de 26 de setembro de 1914. O fechamento foi atribuído à abertura “em nossas Colonias” de “fabricas de chapas e virólas para cabeças de lombilhos”, cessando assim a procura que antes havia desse artigo (ALVES, 1915: 72).

Não é mera coincidência que o ano de produção da fotografia seja o mesmo da mensagem em que a referida oficina é avaliada como “a mais importante” pela máxima autoridade estadual (MEDEIROS, 1913: 15). Mas, paulatinamente, outros mercados também foram se abrindo em Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco (*Jornal do Commercio. Edição da Tarde*, 24 de junho de 1916, p. 1).¹⁴

A fórmula do sucesso daquela oficina, sem querer desmerecer o suor dos apenados, devia-se em grande parte à parceria selada entre o estabelecimento e industriais da cidade. Desde 1910, havia um contrato com a empresa de Pedro Wallig,¹⁵ que, segundo Frederico Ortiz, em relatório de 1916, podia-se atribuir a implementação “de novas ferramentas e aperfeiçoamento do ofício entre os presos” (CESAR e SZCZEPANIAK, 2019: 303). Ainda segundo os autores,

“o resultado dessa especialização técnica não tardou em se notar na área produtiva, a ponto de Ortiz não recomendar a renovação do contrato, embora reconhecesse que ‘a firma contractante muito tenha se esforçado para o desenvolvimento dessa officina, tornando-a em pouco tempo a primeira do estabelecimento, como também do Estado’” (CESAR e SZCZEPANIAK, 2019: 303).

Curiosamente, na ocasião da inauguração da oficina de serralharia, nos fundos da Casa de Correção, em 21 de julho de 1910, não foi o *A Federação: Orgam do Partido Republicano*, como seria de esperar, mas o *A Opinião Publica*, um jornal publicado em Pelotas, que mencionaria o nome de Pedro Wallig. Segundo essa folha, a oficina estaria sendo “dirigida”

14 Sergipe e Bahia também aparecem como praças consumidoras em 1921 (ALVES, 1922: 556) e, pelo visto, continuam figurando como destinos dos produtos até finais da República Velha (ARANHA, 1928: 193).

15 Nascido na Alemanha, branco, casado, falecido em Porto Alegre após uma “curta enfermidade”, aos 57 anos, no dia 02/05/1913. Após sua morte, extinguiu-se a firma sob a razão social de Pedro Wallig & Filhos, passando os ativos e passivos para a de Wallig & C. Quando estabelecido o contrato com a Casa de Correção, Pedro Wallig ainda atuava em sociedade com Emmerich Berta, sob a firma E. Berta & Pedro Wallig. Com a morte de Berta, essa última é dissolvida, dando-se o distrato social e o seu devido arquivamento na Junta Comercial de Porto Alegre em 10/03/1913. Eles estavam estabelecidos com fábrica de cofres, fogões e camas de ferro, móveis para jardim, grades, portões, frentes de ferro para casa, etc., na rua Voluntários da Pátria, nº 193 (*A Federação*, 11 de março de 1913, p. 5; 12 de março de 1913, p.: 6; 2 de maio de 1913, p. 4; 5 de maio de 1913: pp. 1, 4 e 7; 12 de agosto de 1913, p. 5; e 20 de agosto de 1913, p. 4).

pelo referido “industrialista” (*A Opinião Publica*, 26 de julho de 1910, p. 1). Na verdade, como diria Frederico Ortiz, o “contrato Pedro Wallig trouxe vantagens, já provadas a esta Casa, pois fundou uma das officinas mais movimentadas e productivas que nella existem” (ALVES, 1913: 531). Motivo, certamente, de se ter fixado um período de vigência de seis anos, o qual só viria a finalizar em 19 de junho de 1916, ou seja, depois da morte do industrial em 1913. Isto, não obstante, não foi óbice para que o Estado deixasse de honrar o acordo com a empresa, agora tocada pela viúva e filhos de Wallig, passando-lhes um percentual do produto líquido resultado do trabalho penal na referida oficina (ALVES, 1916: 610 e 613). Mas além dos Wallig, outro contrato de um ano existiu com a firma Viúva F. Behrendsof & C., que, segundo Frederico Ortiz, finalizaria em 30 de junho de 1913. Pelo visto, esta empresa levava outro percentual dos lucros por fazer “propaganda dos artigos manufacturados na officina de serralharia, abrindo mercado para elles”. Tinham direito, concretamente, a 30% sobre a produção a eles encarregado, mais 7% de bonificação “sobre a mesma producção”, além da “exoneração das responsabilidades de embarque, seguros e direitos” (ALVES, 1913: 531-532).

Mas essa parceria com industriais locais só fora realmente possível após a instalação de corrente elétrica no recinto, visto que sem ela seria inimaginável a introdução de maquinária especializada. Tanto é assim que a própria oficina de serralharia nasce da mesma proposta orçamentária de cem contos de réis pedida pelo Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, em novembro de 1908, de cujo montante a metade se destinaria para levar luz elétrica e esgotos à Casa de Correção de Porto Alegre, e a outra parte para a implementação da referida oficina (*A Federação*, 26 de novembro de 1908, p. 1).¹⁶

16 Essas informações foram retiradas das atas da 34ª e 35ª sessão da Assembleia de Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, publicadas na *A Federação*. A referência à mensagem do presidente Carlos Barbosa pedindo o crédito de cem contos de réis aparece na 34ª sessão, celebrada em 21 de novembro de 1908, e a sua concessão pela comissão de orçamento na 35ª, em 23/11/1908 (*A Federação*, 26 de novembro de 1908, p. 1). De ser verdade uma publicação posterior, a substituição da iluminação a gás pela luz elétrica resultou numa economia considerável aos cofres públicos. Com a antiga forma, a Casa de Correção gastava, em média, 2 mil contos mensais, enquanto que com a nova passou a despender menos de 200 mil réis (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1). Em relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, saído à luz alguns meses depois, lê-se: “Com a economia prevista de mais de 18 contos annuaes funciona a installação propia de luz eléctrica, não attingindo a 200 réis o preço de Kilowatt, incluída pequena retribuição paga ao pessoal preso, que se encarrega desse serviço” (*A Federação*, 1 de novembro de 1910, p. 1)

Na descrição feita do recinto pela imprensa castilhistas, antes mesmo da inauguração oficial da serralharia, em 21 de julho de 1910, relatou-se que “possue ella a machinaria necessaria ao fabrico de fechaduras em larga escala”. “A officina toma o ferro em laminas e transforma-o em fechadura, fazendo passar por todas as operações necessarias, com extraordinaria rapidez” (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1). Em outra fonte, além do “fabrico de fechaduras” (veja-se a imagem nº 2), também referiu-se a “outros artigos”, porém sem discriminá-los (*A Opinião Publica*, 26 de julho de 1910, p. 1).

Em seu primeiro e minucioso relatório de 1913, Frederico Ortiz detalhou melhor os principais produtos, suas características e diferenças, além dos respectivos mercados consumidores:

“Fabricam-se ahi trincos francezes, denominados – de caixão –, sem e com segredo, fechaduras para alcobas, de diversos tamanhos, cremones, trespes para philtros: armações para classes, systema norte americano devendo dentro de breve tempo fabricar-se fechaduras – typo allemão – para cuja fabricação estão chegando da Europa machinas e material, anteriormente encommendados por meu antecessor. Essas fechaduras, as allemãs, teem grande consumo neste Estado e em Santa Catharina, onde o typo francez tem escassa sahida. A creação dessa secção vem ampliar a producção da officina de serralheiros, até agora, occupada com a fabricação do referido typo francez, aliás muito procurado no Norte do Brasil, para onde exportamos” (ALVES, 1913: 524).

Outra reportagem realizada à raiz da visita de estudantes do curso de Direito ao estabelecimento penal, a princípios de outubro de 1923, brinda-nos com mais informações. Nesta matéria se disse que a referida oficina confeccionava “fechadura de caixas, fechaduras allemãs, cremones, trincos franceses e para persianas etc.” (*A Federação*, 2 de outubro de 1923, p. 6).¹⁷ Por meio dela, também sabemos que São Paulo continuava sendo a principal praça consumidora dos produtos da serralharia, e que a chamada seção de empacotamento e encaixotamento (veja-se a imagem 3), localizada ao lado daquela, ocupava um “amplo galpão”. Seus negocios, então, haviam se ampliado às “Republicas Platinas”, ademais de seguir fabricando as armações para as carteiras escolares “typo norte-americano,

17 Apenas para se fazer uma ideia quantitativa da produção, em 1921, entre fechaduras e “congêneres”, venderam-se no decorrer do ano, 96.515 peças (ALVES, 1922: 556).

de ferro batido, destinadas ás Escolas Publicas do Estado” (ALVES, 1924: 339 e 359).

Não é de se estranhar, portanto, que, mesmo com a assinalada “desvalorização da nossa moeda-papel”, o que fazia elevar o “valor da libra esterlina nos saques que pagamos, além de nos obrigar a elevadas despesas alfandegarias”¹⁸ (ALVES, 1924: 359), as confecções que ali tinham lugar continuassem dando lucro, uma vez que eram compensadas, certamente, pela abundante mão de obra presidiária e o treinamento fornecido *in situ* pelos mestres.

Retrocedendo ao relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1910, sabemos que já então se orçava sua produção em um montante “superior a cem contos de réis” (*A Federação*, 1 de novembro de 1910, p. 1) e que o tamanho da expectativa gerada correspondia ao montante do investimento realizado. A oficina, como se publicizava, “está installada a capricho, sendo a machinaria de primeira qualidade, importada directamente pela Casa de Correção” (*A Federação*, 21 de julho de 1910, p. 4).

Tendo em conta o exposto até aqui, seria de se esperar que após o investimento feito, as autoridades estivessem pendentes dos seus primeiros resultados. Assim, não é de se estranhar que tanto o articulista de uma reportagem especial como outras autoridades tenham ficado “realmente admirados da delicadeza das machinas empregadas nessas operações” (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1), revelando, ao mesmo tempo, onde sintomaticamente residia o interesse com o empreendimento. Maravilhava-se, como é patente, com a “delicadeza das machinas”, não com os seus usuários nelas empregados ou com o potencial impacto sobre o processo de emenda deles.

Com efeito, tamanho foi o entusiasmo que o Chefe de Polícia não pensou duas vezes em levar quase de imediato “uma dessas fechaduras ao eminente dr. Presidente do Estado, que muito a admirou”, repetindo-se o gesto pelo Tenente-Coronel Francisco Antonio de Oliveira Moraes,¹⁹ que

18 Queixava-se, ademais, que o valor pago para os “despachos” se aproximava do custo do material importado e que igual de “exorbitantes” eram os “preços do material comprado nesta praça”, ou seja, em Porto Alegre.

19 Antes de assumir a administração do penal, substituindo a José Diogo Brochado, em 21 de maio de 1906, Moraes fez uma meteórica passagem pelo recém criado cargo de Inspetor Geral do serviço de fiscalização do imposto sobre a lenha, nomeado em 06/04/1906 e dispensado “a pedido” em 23 de maio de 1906. Após deixar o cargo a princípios de 1913, ainda o encontramos sendo nomeado por portaria de 7 de junho de 1915 como Administrador dos Armazéns do Estado, e ocupando a Vice-presidência da Sociedade Protetora dos Animais (*A Federação*, 19 de abril de 1906, p. 2; e 21 de maio de 1906, p. 2; ALVES, 1913: 508; e ALMANAK LAEMMERT, 1914: 4027).

“offereceu uma dellas ao nosso benemerito Chefe, dr. Borges de Medeiros, que tambem ficou satisfeitissimo com o progresso que tem feito a Casa de Correção” (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1). Pelo que se depreende das matérias jornalísticas, a organização da serrallharia e sua inauguração, na tarde do dia 21 de julho, foi algo demais de aguardado, acompanhado bastante de perto. Iniciado às 15 horas, o ato contou com a presença do Presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, José Montaury, Intendente Municipal de Porto Alegre, Vasco Bandeira, Chefe de Polícia, representantes da imprensa, e demais “pessoas gradas” (*A Federação*, 21 de julho de 1910, p. 4).²⁰

Vale acrescentar que, além do maquinário, também a matéria prima vinha de fora, motivo pelo qual contínuos investimentos se faziam para que a oficina não ficasse desabastecida. Algumas cifras ajudam a fazer uma ideia do vulto do empreendimento. Notícias da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de julho de 1913, por exemplo, falam de uma solicitação à Secretaria da Fazenda de 8:115\$000 réis para o “pagamento de material importado” (*A Federação*, 25 de julho de 1913, p. 2).²¹

Durante a Primeira Guerra Mundial, a situação dessa oficina não foi tão desastrosa como poderíamos inicialmente supor. A guerra, aliás, se por um lado fez estrago nas rendas das oficinas por conta da alta das matérias-primas, ou, o que era pior, pela falta delas quando vinham de fora, por outro, acabou fomentando a criação de um mercado interno praticamente exclusivo de produtos nacionais, uma vez que os similares deixaram de ser importados da Europa.

É também digno de nota as estratégias utilizadas pelo governo estadual para driblar os problemas de fornecimento de matéria-prima durante o

20 Os detalhes oferecidos pela imprensa castilhistas dão fé do grau de expectativa. Na mesma publicação se registrou que após despachar com Protásio Alves, Secretário do Interior, Carlos Barbosa “saiu com o referido secretario de Estado, indo visitar a Casa de Correção” (*A Federação*, 21 de julho de 1910, p. 4).

21 Outros créditos extraordinários foram igualmente aprovados por decreto ao longo do segundo semestre daquele ano para “supprir a deficiencia da verba votada para a despesa da tabella n. 6, titulo 3 da Lei do Orçamento em vigor”, isto é, correspondente às oficinas do estabelecimento penitenciário porto-alegrense. Pelo decreto n° 2.013, de 26 de agosto, concedeu-se 40 contos de réis a elas; outra partida de 30 contos em 10 de outubro, pelo decreto n° 2.023; e a mesma soma em 15 de dezembro, pelo decreto n° 2.039, totalizando cem contos de réis (*A Federação*, 28 de agosto de 1913: p. 1; 11 de novembro de 1913, p. 7; e 16 de dezembro de 1913, p. 1). Apenas a título de parâmetro, o ganhador do bilhete premiado da loteria do Estado, extraído em agosto de 1913, embolsara 20 contos de réis (*A Federação*, 25 de agosto de 1913, p. 4).

conflito. Temerosos de não serem atendidos pelos fornecedores alemães, aos quais haviam realizado uma encomenda no início de 1915, escreveu Frederico Ortiz que “a exemplo do que tem conseguido algumas firmas brasileiras”, que conseguiram permissão do governo inglês para que os embarques ocorressem da Holanda, por mediação do governo do Estado, logrou-se que o Ministro do Exterior à época encaminhasse um “pedido ao Governo Britânico”. Mesmo assim, buscando precaver-se de um resultado negativo em relação à solicitação, “fez este Estabelecimento para os Estados Unidos encomenda semelhante”, ao que se destacou que se também esta falhasse, não restaria “outro alvitre sinão feixar a officina” (ALVES, 1916: 613). Mas isso não ocorreu.

Com investimentos e uma crescente especialização, a serrallharia da Correção se tornou a principal oficina do estabelecimento. Novamente, chama a atenção o esmero e refinamento administrativo em relação à logística necessária. Em torno do ano de 1923/1924, a matéria-prima oriunda do Ruhr, Alemanha,²² demorava “em média” seis meses entre a sua preparação e chegada ao estabelecimento penitenciário. Isso levou o Administrador, Plauto de Azevedo, preocupado com o ritmo e regularidade produtiva, a sugerir a constituição de “um grande *stock* de materia prima, com a continua renovação das parcellas consumidas”, pois, “considerando a situação financeira e industrial da época, é indispensavel que se façam, com urgencia, as encommendas de materia prima, para que, assim, se normalise a fabricação de fechaduras e congeneres, cuja procura é extraordinaria” (ALVES, 1924: 358).

Outras informações recolhidas em relatórios posteriores dão fé não só da continuidade dos trabalhos como também dos aperfeiçoamentos e ampliações exigidos pelo ritmo produtivo. Em 1926, por exemplo, a Secretaria de Obras Públicas do Estado construiu um “confortavel galpão, situado ao lado do antigo”, para onde foram transferidas as seções de “Empacotamento”, “Armação de ferros e fechaduras”, e o escritório do mestre Jorge Carlos Hermeling, que estava 16 anos à frente da oficina de serrallharia.

Ao contrário do que poderia parecer, o velho galpão não fora por isso desativado, recebendo “diversos melhoramentos”. Consta igualmente a aqui-

22 Em relatório de 1919 se informava que o material “tem vindo todo dos Estados Unidos”, o que nos leva a pensar que a administração, juntamente com seu mestre, não titubeava em trocar de fornecedor sempre que os preços da concorrência se apresentassem mais atrativos, isto é, baratos. Por certo, nessa mesma prestação de contas, queixava-se das “ingentes dificuldades para a aquisição do material”, além dos “preços elevados” da matéria prima norte-americana (ALVES, 1919: 391).

sição de uma “Prensa excentrica unibraçal”, importada da Alemanha pela firma Reimers & Loessl, e se pleiteava a incorporação de um “cylindro”, “para dobrar ferro e laminas e chapas de ferro” (ALVES, 1927: 314).²³

Até o final da República Velha, a serralharia continuou sendo a mais importante oficina da Casa de Correção, conhecida, como se dizia, “em todo o Paiz e mesmo no estrangeiro” por sua “excellente fabricação de fechaduras”. Em 1927, além de “diversos serviços de forja e mechanica”, se confeccionaram trincos, fechaduras, cremonas, mas também 455 metros de grades de ferro, para guarnecer a plataforma do muro que circundava o edifício, 54 armações para carteiras escolares, 615 lavatórios de ferro, 626 trespes para painéis, 18 para talhas e 276 para filtros. O pouco espaço que dispomos não nos permite analisar os montantes dos negócios dessa oficina, mas dois dados financeiros falam muito acerca do nível alcançado por ela. O primeiro diz respeito ao valor pago pelas despesas alfandegárias (47:959\$880) e o segundo ao total dos saques realizados no Banco Brasileiro Alemão (104:612\$900), ambos de 1927 (ARANHA, 1928: 193).²⁴

Junto à serralharia, a oficina de marcenaria conformava a menina dos olhos do regime penitenciário sul-rio-grandense. Sobre essa última, em concreto, a imprensa castilhista a descreveu, em uma matéria de 8 de junho de 1910, como “muito melhorada”. Também nela foi a energia elétrica gerada por um “pequeno motor, adquirido com as economias do estabelecimento”, que possibilitou a introdução de maquinário especializado para serrar e aplainar (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1).

23 No mesmo relatório se informava que a administração já havia pedido a “isenção de direitos” por intermédio do Chefe de Polícia, a fim de evitar as “elevadas despesas alfandegarias ao ser desembarcada a materia prima importada do estrangeiro” (ALVES, 1927: 315).

24 Um automóvel Double Phaeton Ford era publicitado em 1926 pelo valor de 4:750\$000 réis (*A Federação*, 14 de abril de 1926, p. 7).



Fig. 4 Vista da oficina de marcenaria (1913).



Fig. 5 Descarga de madeira pela porta de acesso ao Guaíba (1913).

Na imagem nº 4, além do preso que aparece com o braço encostado numa máquina, ao menos outros trinta e dois homens figuram a cena costeando uma lateral do recinto até o fundo do pavilhão. Observa-se, ademais, a existência de maquinário da marca Kirchner de Leipzig e, claro, madeira no alto e no chão da oficina. E na seguinte imagem nº 5, pode-se ver os presos em pleno descarregamento de madeira, através do portão que dava acesso ao Guaíba, nos fundos do estabelecimento penal. A rara fotografia de 1913 mostra os reclusos transportando a matéria-prima sobre os ombros, vigiados de perto por um guarda interno, destacando igualmente a parte exterior dos pavilhões de trabalho.

Nesta oficina se confeccionava uma variedade considerável de móveis. Após a referida visita realizada ao estabelecimento, a princípios de junho de 1910, escreveu-se que o “deposito de moveis” (veja-se a imagem nº 10) guardava “magnificos exemplares, cada qual mais elegante e solidamente preparado”. O elogio não era para menos, pois já à época estava encarregada da “fabricação, em larga escala, das carteiras americanas para escolas publicas, de modo a ver si é possivel não mais importar esse producto” (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1).

Em novembro de 1911 noticiou-se, com efeito, a confecção de 60 carteiras para as “escolas regimentaes dos 2º e 3º batalhões de infantaria da Brigada Militar”, além de providências para se dotar de móveis a escola do sexo masculino localizada nos “suburbios” da Vila de São Vicente (*A Federação*, 21 de novembro de 1911, p. 5; e 22 de novembro de 1911, p. 4). Mas em 29 de dezembro desse mesmo ano, a Casa de Correção receberia autorização para fabricar nem mais nem menos que quinhentas carteiras “adaptaveis a 2 alumnos, segundo o modelo approved, typo americano”, destinadas às “escolas urbanas e ruraes de centros importantes” (ALVES, 1912: 227).

Os envios, sempre que possível e observadas as distâncias, davam-se através da viação férrea. Em abril de 1913, por exemplo, a administração do penal receberia autorização para remeter dessa forma “os moveis destinados a prover as escolas” de Santiago do Boqueirão (*A Federação*, 7 de abril de 1913, p. 4).²⁵ Outras escolas de Cachoeira, Taquara, Cruz Alta, Rosário, Taquari e São Francisco de Assis são igualmente atendidas, o que certamente contribuiu para se alcançar a produção de 7.426 “obras diversas” (ALVES, 1913: 275).

Segundo o balanço relativo ao ano de 1914, produziu-se entre móveis de marcenaria “propriamente dita”, colchoaria, estofaria e carpintaria, outra assombrosa soma de 5.895 objetos, sem contar a “compostura de 106 moveis”. Tãmanha era sua produção que acabou despertando protestos entre os empresários rio-grandenses do ramo, que alegavam concorrência desleal. O governo do Estado reagiu e, atendendo à demanda, proibiu que se aceitassem “encomendas particulares”, mas manteve sob a responsabilidade da Casa de Correção a confecção do mobiliário destinado às escolas públicas e fóruns de diversos municípios.²⁶

Apesar da perda de um filão importante e do impacto sentido no chamado “movimento comercial” da oficina, já que o lucro proporcionado pelas encomendas do Estado era “muito menor que as feitas por particulares”,

25 Outros documentos subsequentes mostram igualmente o ritmo industrial de produção. O relatório da 3ª Diretoria da Repartição Central da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, de 30 de junho de 1919, por exemplo, informou que já se havia fornecido mobiliário para as “10 aulas” do município de São Leopoldo, e que estavam sendo fabricados os destinados para as de Rio Pardo e Cachoeira “por vantagens de preços” (ALVES, 1919: 106).

26 Segundo Melossi e Pavarini, em seu clássico *Carcere e Fabbrica*, os protestos e agitações contra a produção penitenciária nos Estados Unidos continuaram até por volta de 1930, embora o problema da competência entre a produção penal e livre já tivesse praticamente arrefecida a finais dos Oitocentos. Segundo os autores, as razões do fenômeno eram dois: as “dificuldades crescentes encontradas pelo capital privado para industrializar o processo produtivo penitenciário de forma que ainda pudessem ser competitivas num momento de renovação tecnológica no mundo da produção livre” e o “crescente peso das organizações sindicais na vida política e econômica dos Estados Unidos” (MELOSSI e PAVARINI, 2006: 206-207). Pelo visto, no caso porto-alegrense, foi o Estado que assumiu o processo de modernização técnica e profissional, ao menos para algumas oficinas, impedindo qualquer intervenção externa duradoura, ademais de blindá-las contra possíveis críticas ou ataques do extramuros durante o período em análise, demonstrando assim “a inter-relação entre os níveis econômico e político [...] dado o predomínio da ideologia positivista na atuação dos elementos do Partido Republicano Rio-Grandense ao contrário do que se dava, na esfera federal, onde predominavam as idéias do liberalismo clássico” (REICHEL, 1980: 11).

o produto líquido não deixou de ser espetacular. Por então, gozava-se de um bom estoque de madeiras de “primeira qualidade”²⁷, mandada vir da “Colônia Erichim”, porém ainda “um tanto verde”, que, em entendimento de Frederico Ortiz, se “posta por preço assaz conveniente”, “poderemos prever, [para] este ano [1915] um bonito resultado” (ALVES, 1915: 69), o que deve ser lido, obviamente, em termos produtivos e lucrativos.

Todavia, sobre as queixas vertidas que redundaram na proibição daquela oficina de atender à particulares, não deixa de ser curioso a desdenhosa resposta dada por Ortiz aos que ele chamou de “espíritos exigentes”. Se por um lado reconhecia que o fruto das referidas encomendas eram as responsáveis pela maior parte dos lucros, por outro dizia estar a marcenaria abarrotada de pedidos, sobretudo para o ensino público do Estado, motivo pelo qual a presente “manufatura não dá lugar á aceitação de pedidos particulares” (ALVES, 1915: 48).

Acreditamos que a resposta não era de um todo sincera, já que em seu primeiro relatório, de 1913, já havia afirmado que a administração tinha deixado de receber encomendas particulares para só atender as do Estado (ALVES, 1913: 520-521). Desconfiamos, ademais, que essa questão tampouco se resolvera em 1915.

Uma resposta dada ao então Deputado Getúlio Dornelles Vargas pelo homólogo Gaspar Santana Saldanha, durante a sessão legislativa de 27 de novembro de 1919, deixa entrever certa permanência das antigas críticas em relação à proteção dada às oficinas pelo Estado e sua desleal concorrência. Naquela sessão se encerrava a 3ª discussão do projeto de orçamento do Estado, ao qual Saldanha, do Partido Federalista, lançara pelo visto várias críticas rebatidas por Getúlio, do Partido Republicano Rio-Grandense. Uma delas dizia respeito ao intervencionismo do poder público, que inibia muitas vezes o desenvolvimento da iniciativa privada. Num determinado momento, Saldanha disse: “Citei diversos casos comprobatorios do meu asserto: a exploração da industria do carvão, a do porto do Rio Grande, a das officinas da Casa de Correção, e outros” (*A Federação*, 8 de dezembro de 1919, p. 2).

Em todo caso, gozando de investimentos contínuos e de conhecimento técnico acumulado²⁸, foi apenas questão de tempo para que a marcenaria passasse a receber encomendas que iam muito além das desejadas cartei-

27 Na mesma prestação de contas se fez observar a preferência por obras feitas de “louro” e “cedro”.

28 Um fato ocorrido em 1915 é um bom exemplo do nível de especialização alcançado pelas principais oficinas do estabelecimento. O avião do inglês John Barron, de sistema Deperdussin,

ras escolares tipo norte-americano.²⁹ Com os anos, passou-se, com efeito, a confeccionar e distribuir entre as escolas públicas de várias localidades do Estado: armários, mesas, cadeiras, quadros negros, estrados e cabides (ALVES, 1924: 359).

A bem da verdade, desde 1910, a Secretaria do Interior vinha requisitando ao Chefe de Polícia, quando necessário, ordens para que se providenciasse “diversos moveis para a repartição do archivo publico” (*A Federação*, 24 de agosto de 1910, p. 1). Mas essa repartição tampouco seria a única. Ao longo dos anos, inúmeros móveis foram produzidos para os tribunais e cartórios de vários municípios do Estado, incluída a capital, assim como para a própria Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Chefatura de Polícia, Repartição de Higiene, Gabinete de Identificação, Repartição de Estatística, Junta Comercial, Brigada Militar, Repartição de Profilaxia da Lepra, Tribunal do Júri e Superior Tribunal do Estado (ALVES, 1924: 360).³⁰

modelo militar, que havia se despedaçado na queda, após algumas desafortunadas manobras em Porto Alegre, acabou recebendo os devidos consertos na Casa de Correção. Conforme a explicação de seu orgulhoso Administrador: “essa compostura que demandava conhecimentos especiais, operarios praticos, material adequado, etc, foi feita nesta Casa, no espaço de tres mezes”. Vale acrescentar que no parágrafo imediatamente anterior, Ortiz já havia salientado que, diferentemente dos primeiros tempos, quando haviam um “limitadissimo numero de operarios conhecedores do officio”, “hoje [contavam] quatrocentos e tantos, com habilidade, que vem sendo demonstrada no crédito, adquirido pelos seus productos por elles confeccionados” (ALVES, 1916: 606).

29 Ao contrário das originais norte-americanas, que tinham os pés de ferro fundido, as fabricadas na oficina de marcenaria eram de “ferro batido”. Segundo se dizia, os primeiros quebravam-se com “summa facilidade”, enquanto que os segundos demonstravam ser mais resistentes. Em termos de valores as duas carteiras possuíam “preços iguaes”, diferenciando-se unicamente pela maior durabilidade do produto da casa (ALVES, 1915: 69).

30 As informações sobre os trabalhos realizados na oficina de marcenaria estão pulverizadas, motivo pelo qual lançamos mão tanto dos relatórios como da imprensa coeva. Mesmo assim é difícil dar conta da infinidade de móveis e objetos confeccionados nela. Há, por exemplo, referências sobre mobílias produzidas para o salão principal do Hospício e o gabinete dos médicos daquele estabelecimento, assim como à Biblioteca Pública (ALVES, 1907: 16 e 27). Some-se a estes o mobiliário fabricado para as irmãs de caridade franciscanas, que passaram a residir no prédio construído ao lado do Hospital da Brigada Militar, e três portas colocadas no saguão do Teatro São Pedro, ambas as coisas em 1911. Sobre este último se disse: “É um trabalho artistico e perfeito, que sobremaneira recommenda as officinas daquelle estabelecimento” (ALVES, 1912: 651 e 688).

Curiosamente e contrariando informes mais antigos, como os anteriormente citados de Frederico Ortiz, parece que em algum momento se levantou a proibição, e a oficina de marcenaria *voltou* a vender alguns móveis a “particulares, sendo, para estes e para diversas repartições estadoaes, feitos inumeros concertos, estofamentos, etc.”. Ademais, tudo indica que tal como ocorreu com a serralharia, esta também ganhou seções de trabalhos especializados e outros serviços anexos.³¹

Fruto disso foi a fabricação de colchões e de “artísticos moveis, muito bem esculpturados pelo sentenciado Pedro Girardi”, destacando-se um “bureau” de caroba com o qual se havia conquistado uma medalha de ouro na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (ALVES, 1924: 360), inaugurada no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1922. Há de se reconhecer que foi toda uma publicidade muito bem aproveitada pelos mandatários castilhistas para promover e justificar ainda mais o sistema penitenciário adotado no Estado do Rio Grande do Sul.³²

Em 1923, quando novamente visitado o depósito pelos alunos do curso de Direito, encontraram “trabalhos de fino acabado, sobresahindo os ‘fauteuills’³³ para o Palacio Governamental”. Puderam inclusive observar o preparo de vários móveis, entre os quais “armarios, ‘bureau’, cadeiras simples, estufadas e gyratorias etc., tudo de muita sobriedade e elegancia” (A Federação, 2 de outubro de 1923, p. 6).

31 Conforme a parte comercial referente ao ano de 1915, já existiam anexas à marcenaria outras “seções que a completam: são ellas de estufadores, de colxoeiros, de lustradores etc” (ALVES, 1916: 614). Pouco mais adiante se informou que anexa à mencionada oficina funcionavam as de colchoaria, lustradores, empalhadores, estufadores e esculptores de madeiras (ALVES, 1919: 391).

32 Vale ressaltar que a prática de concorrer em certames vinha de longe. Os produtos do estabelecimento correccional porto-alegrense já haviam sido premiados na longínqua Exposição Estadual de 1901, na Nacional de 1908 (CESAR, 2021), e, em 1916, na Exposição Agro-Pecuária do Estado, realizada na Avenida 13 de Maio, em 20/09/1916. Quanto à última, escreveu Ortiz que “embora sem produção que se adaptasse ao programa”, participou o estabelecimento com o que “pode produzir de momento”. Exibiram-se “freios, facas, telas de arame, laços, bolas, arreios de montaria e para carroça, botas de montar, mobílias adequadas a habitações ruraes e productos de nosso jardim e horta”. Expressou ainda que, contra sua expectativa, a Correção logrou um “verdadeiro sucesso”, pois “attesta-o o empenho com que foram disputados os objectos expostos por occasião do leilão, como tambem a medalha de ouro e menções honrosas obtidas” (ALVES, 1917: 407). Os produtos da Correção também figuravam “numa das seções da actual Exposição Permanente, á rua dos Andradas em face da rua Uruguay” (A Federação, 17 de outubro de 1916, p. 1).

33 Poltronas.

Prova da perícia e refinamento dos marceneiros da Casa de Correção é que seus móveis acabaram mobiliando nem mais nem menos que o novo Palácio de Governo, ocupado em maio de 1921. Em matéria coeva se descreveu a sala das audiências estando composta por uma “rica mobilia estufada e dourada, do mesmo estylo Luiz XVI, e que foi construida nas officinas da Casa de Correção, já tendo sido exposta ao publico, ha tempo, sendo justamente apreciada”. Da mesma lavra eram as “mobílias ‘grenat’ e ‘gobellins’, executados primorosamente [...], com luxuosos estofos, guarnecidos de molduras douradas” que decoravam os dois salões de recepção (*A Federação*, 16 de maio de 1921, p. 1).

O relatório de Ortiz, de 1919, aporta mais informações sobre os referidos móveis destinados à nova sede do governo estadual, que, futuramente, seria batizado oficialmente de “Palácio Piratini”. Conforme o documento, haviam sido encomendadas dez “mobílias”, das quais seis, “com a indispensavel mesa”, destinavam-se às duas salas de honra, e quatro, “com os necessarios *bureaux*”, para o gabinete da presidência, sala dos secretários e ajudantes de ordens (ALVES, 1919: 387).³⁴

Assim como a serralharia, a marcenaria continuou ganhando atenções da administração que se traduziam em melhorias técnicas e logísticas. Em 1926 se construiu um “novo e confortavel galpão”, coberto com telha francesa e, segundo observação de Plauto de Azevedo, sucessor de Ortiz à frente da Casa de Correção, “bastante arejado” (ALVES, 1927: 315). Um anexo deste mesmo relatório é revelador quanto à capacidade industrial que alcançou essa oficina nos anos finais da República Velha.

Somente em 1926, os marceneiros da Correção confeccionaram e entregaram a surpreendente soma de 1.739 itens destinados à instrução pública, entre armários (62), classes (1.090), mesas (85), quadros negros (97), escudos (25), cadeiras simples (128), estrados (58), cadeiras de braços (62), cabides (63), bancos (58), escrivaninhas (8), sofá (1), porta-chapéu (1) e escada (1). Uma ampla relação de escolas, grupos escolares, colégios, aulas, e, inclusive uma loja maçônica foram atendidos. Alguns eram da própria capital ou de localidades próximas, mas outros se distribuíam pelo interior e extremo do Estado (Uruguaiana, Nonoai, Lagoa Vermelha,

34 “O bureau da Presidencia, com dois logares para secretarios, em caroba, madeira do Estado, como a de todo o mobiliario, é uma cópia exacta, si bem que de gosto moderno, do movel de equal nome destinado á Presidencia da Camara dos Deputados, no Rio de Janeiro” (ALVES, 1919: 387).

Vacaria, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Pelotas, Bagé, Santa Maria, Cacequi, Tapanciretã, etc.) (ALVES, 1927: 318-319).

É importante lembrar que, além das escolas, também forneciam móveis para tribunais, repartições e à “particulares”, dedicando-se outrossim aos concertos, estofamentos, venda de colchões e à “diversas encomendas”. Especializados em suprir o enxoval dos estabelecimentos de ensino público, ainda criaram “novos typos de carteiras escolares, madeira cedro, armação de ferro batido, com cadeira gyratoria, para um só alumno”. Fotos desses móveis haviam sido feitas e enviadas ao Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, e, por ordem do governo do Estado, entregou-se em 23 de junho de 1926 a Rudá Brandão Azambuja um escritório completo “estyló ‘Monroe’”, “para figurar na exposição permanente do ‘Centro Sul Rio Grandense’, sob a direcção do dr. Julio Azambuja, no Rio de Janeiro” (ALVES, 1927: 315).

Com toda essa propaganda, mão de obra barata, abundante e qualificada, ademais de ter o próprio Estado como o maior cliente e agente interessado no sucesso mercantil dos produtos fabricados pelos presos-marceneiros da Casa de Correção, não é de se estranhar que a oficina chegasse no final do período em análise ocupando o segundo lugar em termos lucrativos. Exultante, escreveu Plauto de Azevedo em 1928 que: “Ha pedidos em carteira que darão para movimental-a durante o anno” todo (ARANHA, 1928: 194).

Em face do produzido por aquela oficina ao longo de 1927, a previsão de Plauto não era em absoluto fruto de um otimismo infundado. Havia superado a marca do ano anterior, acima apresentado, alcançando o atendimento de 63 estabelecimentos voltados à instrução pública e outros 22 destinos entre tribunais de júri, fóruns, juizados distritais e de comarca, cartório do crime, incluindo a biblioteca do fórum de Porto Alegre e a própria Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.³⁵

35 Por certo, os móveis fornecidos e suas respectivas quantidades por essa mesma secretaria foram: cadeiras (240), armações (41), poltronas (40), tribunas (3), armários (16), portachapéus (4), mesas (22), cabides (5), escudos (1), estrados (2), escrivaninhas (2), gradis (1), urnas (9), bureaux (4), cadeiras giratórias (6), perfazendo 396 objetos. Enquanto que para os primeiros fabricaram-se: classes (1.862), mesas (99), quadros negros (94), cabides (109), estrados (64), armários (69), cadeiras (152), poltronas (59), bureaux (3), escrivaninhas (14), mobílias (2), bancos (121), mastros (19), escudos (13), estantes (1), cadeiras giratórias (1), sofás (2), escadas (1), totalizando 2.685 itens.

Entre os tribunais do júri estavam os de Porto Alegre, Quaraí, Caxias, São Pedro, Palmeira, Lageado, Guaíba, Caçapava e São Luiz Gonzaga, os fóruns de Montenegro, Garibaldi, Santa Vitória do Palmar e Quaraí, os juizados distritais (1º, 2º, 3º e 4º) de Porto Alegre e o 1º de São Leopoldo, o 4º cartório do crime, juízo de comarca da 4ª vara, e a biblioteca do fórum da capital, fechando a soma com a secretaria de Interior (ARANHA, 1928: 197-198).



Fig. 6 Detalhe da oficina de mosaicos (1913).



Fig. 7 Detalhe da oficina de sapataria (1913).

Até agora, apenas nos ocupamos de duas oficinas, mas outras várias compunham, em expressão de Frederico Ortiz, este “Estabelecimento disciplinar” (ALVES, 1916: 617). Na “bella officina de mosaicos”, segundo uma matéria de 1910, fabricavam-se tijoletas de “varias formas e feitios”, além de telhas, lajes de cimento, soleiras, pias, etc., bastante elogiadas pelo cuidado com o acabamento e perfeição das peças (A *Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1).

Na imagem nº 6, além de podermos ver em primeiro plano um preso posando ao lado de modelos de mosaicos e outros artigos, e das equipes de trabalho junto aos instrumentos de fabricação, o maquinário aí retratado, adquirido há oito anos, já era por então considerado bastante antiquado (ALVES, 1913: 529). Tirando um curto período em que fora desativada por conta da alta do preço do cimento, decorrente da Primeira Guerra Mundial,³⁶ a oficina de mosaicos é das que sobreviveram ao longo do período em análise.

³⁶ Queixava-se de que o preço do cimento havia chegado a 400 réis o quilo, quando antes do conflito custava 100 réis ou inclusive menos. Não obstante, o trabalho industrial realizado, até então, tinha produzido um estoque de mais de 4.000 m² de mosaicos de diversas estampas, “que se foi vendendo durante aquella conflagração, com grandes lucros para a officina, pois que, como é natural, acompanhou-se a alta, que tambem teve este producto. Restando hoje 900 metros do mesmo e tendo baixado sensivelmente a materia prima, está esta officina funcionando de novo, si bem que ainda uma pequena producção” (ALVES, 1919: 392).

Em meados de 1910, por sua vez, a oficina de sapataria fora descrita como pouco desenvolvida (*A Federação*, 8 de junho de 1910, p. 1), mas de alguma maneira acabou tendo uma longa duração. Através da imagem nº 7, podemos ver alguns pares de sapato sobre uma estante, à esquerda, e o que também pensamos que seja algum tipo de calçado dentro do enorme armário de vidro, por detrás dos reclusos. Quando se produziu essa foto, defendia-se a “necessidade de reformar ou aumentar o número de máquinas, pois o trabalho manual empregado não dá vazão às encomendas” (ALVES, 1913: 523).

Não obstante, os balanços comerciais, como o relativo ao ano de 1914, mostram por que, apesar de tudo, aquela oficina seguia funcionando. Segundo as informações publicadas, fabricaram-se 744 pares de chinelos para “gasto do Estabelecimento”, e não só isso, atendeu-se “alguma encomenda para fora, cuja confecção tem igualado a melhor obra feita nesta Capital” (ALVES, 1915: 71). No ano seguinte, nada se observa em relação à tão criticada prática de pegar trabalho da livre concorrência (ALVES, 1916: 614), mas em 1919, sem que saibamos o motivo, declarou-se que a sapataria “só trabalha em obras para a Casa” (ALVES, 1919: 392). Pensamos que um dos motivos foi o sensível aumento da população reclusa, pois como se disse poucos anos depois, confeccionavam em “grande escala” sapatos e chinelos “para uso diário dos reclusos, além de outros objectos em couro” (*A Federação*, 2 de outubro de 1923, p. 6).

Com efeito, todo o calçado dos reclusos, incluindo “chinillos, sapatos de lona e de fazenda”, além de “botinas muito bem confeccionadas e fortes”, saíam da mesma oficina, a qual também reabriu o fornecimento a “alguns particulares”, ademais de realizar inúmeros consertos. Para aumentar seus lucros, o Administrador propunha a mesma fórmula pensada para a oficina de alfaiataria: a compra de um maior número de máquinas modernas (ALVES, 1924: 361).

Nos anos posteriores, até o fim da República Velha, esse ofício continuou sendo estimulado. Em 1928, Plauto de Azevedo continuaria propondo reformas, alegando que se poderia com melhorias calçar não apenas os presos, mas também a Brigada Militar e outras “Policias, etc”, tal como “se vê na moderna e modelar Penitenciária do Estado de S. Paulo”.³⁷ (ARANHA, 1928: 195-196).³⁸

37 Sobre a história dessa penitenciária, ver SALLA (2006).

38 A sapataria era a oficina mais antiga do correccional porto-alegrense (ALVES, 1922, p. 559).



Fig. 8 Detalhe da oficina de telas (1913)

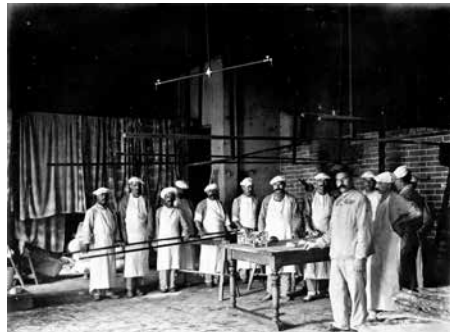


Fig. 9 Detalhe da oficina de padaria (1913).

Na imagem nº 8 se observa claramente a confecção de uma peça de tela presa ao mecanismo que a iria enrolando, na medida em que o cumprimento dela aumentasse. Esse trabalho realizado em 1913 fazia parte do dia a dia da oficina de telas de arame da Casa de Correção. Nesse mesmo ano, Frederico Ortiz, recém estreado no cargo, criou e anexou uma seção de confecção de objetos de osso e chifre, segundo justificara, “para aproveitar a habilidade de alguns presos que, por distração fabricavam nas prisões pequenos objectos de osso e chifre [...] curiosos e relativamente perfeitos”. “A produção da dita secção consiste: em bengalas, feitas de chifre e osso, guampas para agua, copos para leite, talheres para salada, argolas para guardanapos e borrachões para vinho e agua, objectos todos esses fabricados da materia prima supra-referida”. Aquela oficina produzia ainda “chapas e virolas de metal, para lombilho, preparo de montaria, de sóla e lonca, laços, chicotes, bombas para matte e etc.” (ALVES, 1913: 526).

Essa oficina, tal como a de mosaicos, teve altos e baixos devido à elevação do preço de sua principal matéria-prima (o arame), provocada pelo conflito mundial, de forma que esteve “meio paralyzada, executando apenas obras de encomendas”. Mas a semelhança com aquela não residia apenas nisso, também aqui temos um claro testemunho de como se trabalhava em escala industrial, já que o seu estoque tampouco “era pequeno”, de modo que ao “rebentar a guerra européa, deu para não paralyzal-a de todo” (ALVES, 1919: 392).

Em 1926, a oficina fabricou 3.092 metros de “bôas télas de arame”, 50 pares de talheres de osso e “muitas miudezas” (ALVES, 1927: 316).³⁹ No

³⁹ Em relatório de 1924, essa oficina fora descrita como “pequena” e que anexo a ela funcionava uma seção de “trabalhos em ôsso e outras miudezas feitas de chifre, taes como brincos, pulseiras, cintos, etc.” (ALVES, 1924: 362).

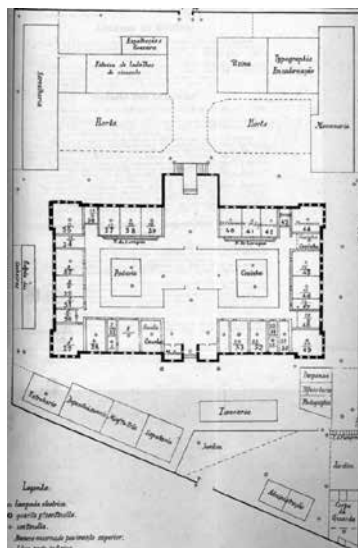


Fig. 10 Distribuição espacial das oficinas (1915).

ano seguinte outros 3.581 metros de tela e 23 quadros, e em sua seção de trabalhos de osso e chifre: espátulas, colheres, e outros “objectos curiosos e que muito procurados são pelos visitantes” (ARANHA, 1928: 195). A essa altura constituía um dos sete ofícios ainda operativos e lucrativos.

Na imagem n° 9, por sua vez, vemos um grupo de reclusos posando com seus aventais e alguns instrumentos do seu cotidiano de trabalho na padaria da Casa de Correção, criada há, aproximadamente, dez anos, em 1° de janeiro de 1903 (ABBOTT, 1903: 16). Podemos observar algumas pás de padeiro, uma balança e o que seriam porções de massa ou pão já assado em cima da mesa. No lado direito é possível ver parte de uma pilha de madeira, e justo atrás dos padeiros, com expressivos bigodes, o que deduzimos ser o forno de tijolo à vista.

Por então se produziam 4.477 pães diariamente, distribuídos da seguinte maneira: 1.036 para o correccional, 1.700 para o Hospício,⁴⁰ 899 para os Corpos da Brigada, 342 para depósitos de recrutas e enfermaria da mesma instituição, e 500 para o 10° Regimento do Exército (ALVES, 1913:

40 No mesmo documento Frederico Ortiz comenta ter convencido o diretor do Hospício a voltar a consumir o pão da Casa de Correção, o que havia ocorrido a partir de março de 1913. Não foi possível determinar quando essa suspensão ocorreu, mas por outro relatório da secretaria do Interior e Exterior, de 1910, a referida padaria vinha então abastecendo o Hospício e à Brigada Militar, ademais dos próprios fabricantes (*A Federação*, 1 de novembro de 1910, p. 1).

522). Conforme se dizia, todo o trabalho era realizado por duas “turmas de padeiros” que se revezavam “dia e noite”, “a fim de que semelhante trabalho que é por demais pezado, não fatigue os respectivos operarios” (ALVES, 1915: 70).

Ainda sobre a padaria, vale mencionar o que se chamou de um “facto curiosissimo” (*Correio da Manhã*, 7 de janeiro de 1920, p. 2) devido ao fornecimento de pão que aquela realizou à população porto-alegrense, durante seis dias, enquanto perdurou a greve dos padeiros em maio de 1919. Além da clara tentativa de desmobilizar o movimento, sabotando a falta de fabrico e distribuição de pão na capital do Estado,⁴¹ cabe acrescentar que a padaria provia regularmente ao Colégio Militar e hospitais, ademais, claro, do consumo interno (SZCZEPANIAK, 2004: 84).

O esforço que supôs o suprimento de pão, entre os dias 14 e 20 de maio de 1919, caracterizou-se como um autêntico “*tour de force*”, e não era para menos. Ordenado pelo governo do Estado, criaram-se “diversos depositos em diferentes pontos da cidade”, além do fornecimento dos estabelecimentos já referidos. Segundo se relatou,

“esse fornecimento foi feito com regularidade, fabricando a nossa padaria varias toneladas de pão diariamente. É certo que, dada a capacidade de nossos fornos, o supprimento completo da população, que consome mais de 500.000 pães diarios, não foi possivel. Todavia, fazendo o que fez este Estabelecimento, muito concorreu para a ineficacia do plano grevista”.

A experiência e o medo de que se repetisse “anormalidade semelhante” fez com que se autorizasse o aumento da capacidade dos fornos, “collocando-os na possibilidade do fabrico diario de uma grande parte do que carece a população”, destinando-se para isso três contos de réis. A reforma, como se disse, ficaria compensada pela economia de lenha que teria lugar, e talvez para não gerar mais melindres, afirmou-se que, enquanto

41 Talvez não seja forçado associar esse ato do governo do Estado como uma reação à greve de 1917, ainda viva certamente na memória das autoridades. Naquela ocasião, os padeiros foram das primeiras categorias a aderirem à greve ao lado de tipógrafos, pedreiros, carpinteiros e tecelões. Consta, inclusive, que na “Praça Garibaldi grupos de padeiros chega[ra]m a distribuir pão de graça aos ‘miseráveis’”. (BODEA, s/d: 33-34).

reinasse a normalidade, não faria “fornecimento a particulares” (ALVES, 1919: 387 e 392).⁴²

Mas o tempo passou e, pelo visto, as ideias economicistas também ganharam espaço durante a gestão de Plauto. Entre 1923 e 1924, este Administrador descreveu a padaria como “muito mal localizada, no interior do edifício” (veja-se a imagem 10), tecendo comentários sobre a necessidade de que passasse a funcionar “em nova construção”, separada, portanto, do prédio, gozando de mais espaço, “devendo” ser igualmente substituídos seus fornos “por outros mais aperfeiçoados, pois os atualmente existentes, já bastante gastos, estão a reclamar caros concertos, além de não mais permitirem uma boa fabricação de pão, motivando isso frequentes e justas reclamações por parte dos consumidores” (ALVES, 1924: 360).

Não sabemos se na expressão “consumidores” ele já se referia a outras bocas que não aquelas já pactadas com o governo do Estado, mas logo em seguida se confirma que além dos reclusos e antigos fornecidos, somavam-se a “Colônia Jacuhy”, “Isolamento S. José”, um “pequeno numero de empregados do estabelecimento e particulares”. Não estranha, portanto, que por então cogitassem comprar “amassadeiras mechanicas” (ALVES, 1927: 315).

Outra oficina que alçou vôo economicamente, mantendo-se em atividade até o fim da República Velha, foi a de alfaiataria. Ao assumir o comando do correccional porto-alegrense em 1913, Frederico Ortiz afirma ter sido ideia sua aproveitar melhor a força de trabalho das presidiárias, tranformando-as em “operarias daquela officina”. Explicou que sendo “o numero de alfaiates [...] insignificante” e desejando “remediar semelhante mal”, após receber autorização, contratou a Josepha Martins, “habil costureira, para mestra das mulheres”.⁴³

Mas o que realmente interessava ao administrador não era propiciar às mulheres apenas um trabalho “apropriado a seu sexo”; o que ele queria era poder dispor de um maior contingente de braços para atender às demandas que pudessem surgir das suas cartas enviadas às intendências do

42 Em 1921, Plauto de Azevedo escreveu possuir “hoje” a padaria, “um grande forno systema norte-americano, de dous planos, com fomalhas externas”, e que o serviço continuava não contemplando particulares (ALVES, 1921: 494).

43 Essa *transformação* supôs, não obstante, o abandono do serviço de “empalhação de cadeiras”, até então desempenhado pelas reclusas, e sua transferência como seção anexa à oficina de marcenaria, que, segundo Ortiz, passou a servir para empregar “presos que não tinham officio”. Lograva-se, assim, conforme o funcionário, a aplicação daquelas “infelizes” em “trabalhos apropriados a seu sexo”.

Estado, oferecendo-lhes o fornecimento de fardamento para as guardas municipais. Vale mencionar que já então se produzia o fardamento completo para a polícia judiciária de São Gabriel (ALVES, 1913: 523-524).

Aproveitando-se certamente de seus contatos e da aplicação de um maior contingente de mão de obra, logrou que o trabalho de alfaiataria prosperasse rapidamente. Em 1915, os presságios não poderiam ser melhores.

“Graças a freguezia adquerida em diversos municipios do Estado, para o fardamento dos respectivos Guardas municipaes, ao lado de grande encomenda para o Collegio Anchieta desta Capital, o desenvolvimento desta officina que ja accentuado durante o anno findo [1914], tende a expandir-se no que corre” (ALVES, 1915: 70).

Não obstante, devido à superlotação do recinto, tanto a seção masculina desta oficina como o departamento de fotografia que ocupavam, respectivamente, as celas 26, 26A e 29, tiveram de ser transferidos para “compartimentos especiaes” externos ao edifício, conforme se pode ver na imagem 10 (ALVES, 1915: 58). Ainda sobre as operárias da costura, vale acrescentar que trabalhavam “para a Casa” apenas quando não dispunham de “serviço de fóra”, pois tinham se especializado “em confecção para senhoras, proveniente de encomendas de diversas casas commerciaes desta capital” (ALVES, 1916: 615).

À altura do ano de 1923, a alfaiataria não só estava de volta ao prédio principal (segundo andar) como continuava atendendo “não só ao serviço do estabelecimento como e sobretudo, ao pedido de confecção de fardamentos dos guardas municipaes do interior do Estado” (*A Federação*, 2 de outubro de 1923, p. 6). Mas, apesar disso, houve então uma queda no lucro auferido pela oficina, atribuído aos altos preços das fazendas⁴⁴ e à suspensão do fornecimento de fardamento às polícias das Intendências Municipais durante a Revolução de 1923 (ALVES, 1924: 360-361).⁴⁵

44 No relatório de 1919, já se fazia constar o quanto se deixava de lucrar por conta do “valor altissimo a que chegaram as fazendas”, embora estivesse “grandemente desenvolvida” a oficina e provesse de fardamentos a “quasi todas as intendencias do Estado” (ALVES, 1919: 393).

45 Dividida em duas seções (masculina e feminina), pensava-se poder aumentar os lucros desde que o governo do Estado autorizasse a aquisição de “maior numero de bõas machinas de costura”, pois pretendia-se com isso elevar o número de “operários” e, conseqüentemente, a “produção”. Nesta data os presos vestiam um uniforme feito de um brim listrado, mas informações mais detalhadas falam de blusas de brim, baeta, ceroulas, camisas, calças e blusas de zarte (ALVES, 1924: 361 e 362).

Pela prestação de contas relativa ao ano de 1927, observa-se que os pedidos de Plauto de Azevedo surtiram efeito, já que novas máquinas Singer foram adquiridas. Acreditava-se, assim, poder aumentar ainda mais a “produção”, que, em geral, já era grande. Por então, além do uniforme dos presos, fardamento dos guardas e serventes do correccional, todavia seguiam fornecendo a “particulares” e intendências do interior do Estado (ARANHA, 1928: 195).

CONCLUSÃO

Entre 1896 e 1930, muitas oficinas foram criadas, e outras tantas fechadas pela falta de lucro, embora as letras impressas dos primeiros relatórios afirmassem que o objetivo das mesmas não era esse, mas sim a *regeneração* dos reclusos. Sirva de exemplo o que ocorreu com a de espelhação e gravuras, vimes, fotografia, tipografia, tanoaria, jardim e horta.⁴⁶

Pouco se falava nas mensagens, relatórios e matérias jornalísticas sobre o impacto do trabalho penal na conduta interna dos presos, e menos ainda acerca de como, concretamente, melhorava a sorte desses indivíduos uma vez recobrada a liberdade. As histórias dessas oficinas, tanto as lucrativas como as que fecharam por não sê-lo, falam mais de como os mandatários do Partido Republicano Rio-Grandense entendiam por regime penitenciário do que realmente iluminam sobre como os presos tomavam e ressignificavam as experiências de trabalho em seu cotidiano carcerário, ou como impactava na vida pós-condena. Quando os operadores penitenciários e as autoridades se pronunciavam sobre a aplicação laboral dos sentenciados, costumavam dar por óbvio os benefícios supostamente produzidos.

A frase de Protásio Antônio Alves, Secretário do Interior e Exterior, de que “a maior parte dos detentos, ocupados em trabalhos nas oficinas, dão a impressão mais de uma grande fabrica ao visitante do que de um estabe-

46 Por questão de espaço não foi possível desenvolver a trajetória dessas oficinas. Em relação à tipografia, se disse que havia sido “todo o material dessa officina vendido a uma empresa jornalística desta Capital” (ALVES, 1917: 413). A mensagem presidencial de 1920 confirma a supressão das oficinas de vime, espelhação e gravura (criada em 1914), e da de fotografia (MEDEIROS, 1920: 36). A de vime, segundo Frederico Ortiz, fora organizada por se considerar de “facil aprendizagem, exigindo pouca ferramenta”. Embora criada em 1916, os trabalhos dessa officina só começaram realmente em janeiro de 1917, “em mobílias, cestos e outros artefactos concernentes ao ramo” (ALVES, 1917: 407). Quanto à de tanoaria, criada em 1913, ainda figuraria no ano econômico de 1920 (ALVES, 1921: 489), desaparecendo posteriormente. Por último, tanto o jardim como a horta tiveram que ser suprimidos para dar lugar à novas construções. O primeiro para o Corpo da Guarda Militar, enquanto que a segunda, ao que tudo indica, para a edificação do necrotério (ALVES, 1921: 493).

lecimento de correção" (ALVES, 1915: III) é, nesse sentido, muito sintomática. Claro que o experimentado político burilou essas palavras certamente com o intuito de enaltecer o que se vinha realizando na maior prisão do Estado do Rio Grande do Sul (a aquisição de lucros com o trabalho penal), mas, por outra parte, não estaríamos menos certos se afirmássemos que a expressão utilizada, "uma grande fábrica", era tomada ao pé da letra, e não como uma simples metáfora.⁴⁷

Não há mais que prestar atenção à própria linguagem economicista e fabril utilizada tanto nos documentos oficiais como na imprensa local e nacional: "saldo", "lucro", "lucro líquido", "verificação de lucros", "balanço", "distribuição dos lucros", "demonstração dos lucros", "stock", "mercados consumidores", "ágios", "despachos alfandegários", "receita", "prejuízo", "déficit", "negócios", "indústria", "vida comercial e econômica", "fim econômico", "ano comercial", "quantidade", "produção", "movimento industrial", "operário", etc.

Ortiz, num determinado momento, e não por equivocação, não fala de um regime penitenciário, correccional ou disciplinar, mas de um "regimen industrial" (ALVES, 1915: 62), pois de nada serviria a aplicação ao trabalho se ele não rendesse dividendos. A chamada "regeneração" ou "moralização" por meio do emprego nas oficinas só teria sentido se elas fossem suficientemente lucrativas, do contrário, por mais benéficas que fossem, disciplinarmente falando, não gozariam da atenção governamental. Pela lógica, o estabelecimento só poderia ser uma *Casa de Correção* se antes fosse uma *Fábrica*.

Toda a política levada a cabo no sentido de desenvolver as referidas oficinas visava, antes de qualquer outra coisa, torná-las as mais lucrativas possíveis.⁴⁸ Com a conivência e incentivo dos presidentes, secretários do

47 A imprensa castilhista fazia eco a esses discursos. Em uma matéria de 1916, comentando os logros da Casa de Correção, escreveu-se que o estabelecimento "não é apenas uma penitenciaria commum e moderna, é um Instituto correccional que honra o Rio Grande do Sul, um lugar, uma escola, uma grande officina de trabalho, disciplina e ordem" (*A Federação*, 17 de outubro de 1916, p. 1).

48 O cariz industrial se revela nos detalhes e, talvez, de todos os já trazidos à baila, a referência à instalação de telefones nas oficinas seja um dos mais representativos sobre o ponto que chegou o nível de organização fabril do estabelecimento penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Dirigindo-se ao Chefe de Polícia, seu superior, Ortiz justificou o investimento da seguinte maneira: "Os negocios diarios que tem todas as Officinas, com fregueses de fóra, exigem a vinda constante, ao escriptorio desta Administração, dos respectivos Mestres, ficando essas officinas, si bem que por momentos, abandonadas aos reclusos que ahí trabalham" (ALVES, 1915: 58).

Interior e Exterior e dos chefes de polícia, os administradores do penal sul-rio-grandense tentaram a todo custo desonerar o erário público estadual relativo aos gastos produzidos pela rubrica penitenciária. O caso Wallig é muito ilustrativo,⁴⁹ mas na medida em que foram aumentando as receitas anuais e se consolidavam alguns dos ofícios desenvolvidos, parece que também se passou a considerar a possibilidade de tornar o estabelecimento autossustentável.

Essa intenção fica subentendida em inúmeras ações, mas é Frederico Ortiz quem, dentre todos os administradores, vai mais longe, chegando inclusive a propor que se alterasse o artigo 82 do regulamento de 1913, que estipulava a divisão em cinco partes do produto líquido do trabalho dos presos por oficina, objetivando aumentar assim o lucro destinado ao Estado.

Concretamente, o artigo 82 estabelecia que o produto líquido das oficinas deveria ser rateado em cinco partes: duas para os presos (40%), duas para o Estado (40%) e uma para saldar os custos dos processos e eventuais multas (20%). Ortiz alegava que quando essas disposições tiveram originalmente lugar, no regulamento provisório de 1896, eram “rasoaveis” porque não somente o “rendimento desta Casa era insignificante”, como a “despesa de seu custeio era apenas de Rs. 65:700\$000”. E arrematava que isso já não tinha “lugar de ser hoje que a sua receita excede a 700 contos, e sendo suas despesas, também superior a 330 contos” (ALVES, 1916: 609).

Não era a sua primeira tentativa de convencimento dos governantes sobre essa questão. No relatório do ano anterior, ele já havia exposto a proposta, mas partia curiosamente de uma retórica que chocava completamente com a intenção almejada. Disse então que vigorando tais disposições desde 1896,

“quando a Casa de Correção tinha a insignificante renda da pequena industria (chinellos e chapéos de palha) dos poucos presos, que então trabalhavam por sua conta, eram de todo razoavel; porquanto o Estado instituindo o regimem do trabalho nesta Casa, não o fez visando lucros, mas apenas o proposito (sic) de crear uma fonte de renda para os miseraveis aqui recolhidos” (ALVES, 1915: 62).

49 É importante lembrar que Ortiz foi contra a renovação do contrato com os Wallig, alegando que “possuindo hoje [a serralharia] pessoal habilitado para o seu movimento não tem ella necessidade de dividir lucros que unicamente poderão aproveitar ao Estado” (ALVES, 1916: 610). Da mesma forma que desaconselhou em 1913 a manutenção do pactado com os Behrens Dorf (ALVES, 1913: 531-532).

Primeiramente, ele reconhece, ao menos teoricamente, a instituição do trabalho penal como parte de uma pena que visava, além da privação de liberdade, “regenerar” o sentenciado por meio de sua aplicação laboral. O trabalho penal surge referendado, portanto, enquanto instrumento correcional, sem nenhuma intenção de gerar lucro além de uma possível renda que auxiliasse os condenados “miseráveis”. Em segundo lugar, se de fato foi esse o propósito original, por que agora a proposição de mudanças?

Ora, o que Ortiz desejava era inverter completamente a finalidade e, com isso, as entidades a serem assistidas de forma prioritária. Em vez de se manter a *atenção* destinada aos presos, sua ideia era que se atendesse antes às necessidades econômicas do Estado. Argumentava que destinando-se os

“dois quintos concedidos aos reclusos operarios, crescendo proporcionalmente aos lucros do Estabelecimento, serão um eterno obice que o Estado consiga retirar dos dois quintos que lhe tocam, quantia sufficiente para fazer frente as avultadas despezas que com o mesmo faz” (ALVES, 1915: 62).

Segundo o entendimento, a maior parte do lucro fruto do trabalho dos “reclusos operarios” deveria servir para o “custeio do Estabelecimento” (ALVES, 1916: 609), não ser revertido no processo de emenda, por meio de outros tipos de atividades, ou, na constituição de um maior pecúlio para quando chegasse o dia de regressarem ao seio da sociedade.

Se fosse pouco, no fechamento de seu relatório supracitado, propõe ainda o “estudo” do artigo 84 do regulamento em vigor, que dispunha sobre o sustento e custas indenizadas por meio do trabalho na cozinha, lavanderia e outros serviços não remunerados. Ortiz não concordava que os presos que por um motivo ou outro não trabalharam durante a privação de liberdade, uma vez concluída a condena, saíssem “sem nada ter indenizado ao Estado”, equiparados, dessa forma, àqueles que haviam desempenhado alguma função no estabelecimento, “satisfazendo seu debito”. A solução, segundo suas reflexões, era dotar de um pequeno soldo a todos os reclusos que não exerciam nenhuma atividade no penal, tirado do total dos lucros auferidos anualmente pelas oficinas, de forma que também estes pudessem sufragar seus gastos.⁵⁰

50 É importante lembrar que, desde o século XIX, as propostas de implementação de oficinas de trabalho no recinto penal, normalmente se justificavam por sua potencial contribuição econômica no que dizia respeito ao abatimento de parte dos gastos carcerários (MAIA,

“Para desaparecer essa equiparação menos razoável, parece-me que devia ser feito a esses reclusos um pequeno ordenado, tirado da massa geral dos lucros, ficando porém eles obrigados ao pagamento em espécie, como os demais condenados que trabalham, de custas alimentação, vestuário, etc.” (ALVES, 1915: 63).

A essa altura, a Casa de Correção não tinha mais apenas uma “feição industrial”, expressão utilizada pelo próprio Ortiz, ela era uma fábrica em toda regra. E como tal, o Estado, sendo seu *dono*, deveria evitar dar um péssimo exemplo compartilhando os lucros com seus operários. Havia-se de evitar qualquer experiência que lembrasse os ideais socialistas ou mesmo comunistas, não menos combatidos pelos governantes e políticos ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense.

Se a visão de Frederico Ortiz não era inicialmente empresarial, em pouco tempo passou a ser.⁵¹ Ao que tudo indica, seu modelo de organização fabril e rateio dos dividendos veio da experiência da administração da serralaria pelos Wallig. Com efeito, ao sugerir a divisão dos presos em quatro classes, “segundo sua aptidão e voluntariedade no serviço” (ALVES, 1916: 609), não teve nenhum reparo em reconhecer o exemplo oriundo daquela oficina.

Estava completamente convencido da importância de se distinguir os presos empregados nas oficinas, chamando inclusive para isso a atenção do Chefe de Polícia, já que ela possuía sua própria hierarquia: “permita que chame a atenção de v. ex. para este ponto que é capital, que o operário já senhor do seu officio, venha receber a final o mesmo salario que o

2001; MARIZ, 2004; SANT’ANNA, 2009; TRINDADE, 2018; e NETO, 2015). De resto, em geral, as autoridades e gestores sabiam muito bem das dificuldades de se lograr um sistema completamente autosustentável (SALLA, 2006).

51 Vale como exemplo as suas gestões entre 1915 e 1916 para se abrir uma oficina de “compostura e renovações” de automóveis. A ideia parece ter surgido após alguns trabalhos exitosos de “composturas” de veículos do Estado, já que, para tal, criou-se então duas garagens, sendo uma destinada à pintura e outra para “trabalhos mechanicos dos autos”. Pelo visto, o “sucesso” alcançado chamou a atenção de particulares e a “procura que tem tido a nossa pequena officina” aumentou. Curiosamente, e embora o Administrador afirme ter recebido a devida autorização para implementá-la com todo o “material necessario”, incluindo a confecção de uma planta para o novo edificio (ALVES, 1916: 605), nada mais encontramos sobre ela na imprensa ou em relatórios posteriores.

aprendiz ou o varredor da officina" (ALVES, 1915: 62). Certamente, sua experiência militar, baseada na economia das patentes, não deve ter sido menos importante neste quesito.

Vale ainda acrescentar duas outras sugestões de sua autoria. A primeira, dotar de um salário mínimo mensal todos os presos trabalhadores, "quer seja nas officinas, quer seja na cosinha, lavanderia, coqueira etc."; a segunda, estabelecer o pagamento dos salários dos operários por hora trabalhada, "adoptando-se para o effeito o que vem sendo executado, de accordo com o contracto Wallig, na Serralheria" (ALVES, 1916: 609).

Para cúmulo, em inúmeras ocasiões, o término da condena e a consecutiva saída de reclusos das oficinas, em vez de serem celebradas, acabavam gerando lastimosas queixas como a vertida por Plauto de Azevedo em 1928, referindo-se à de marcenaria: "É lamentavel que tenha perdido bons operarios, uns que foram postos em liberdade, por conclusão de penas, outros por terem obtido o livramento condicional". Por esse motivo, continuava o zeloso funcionário, "luta com difficuldade, actualmente, para attender aos innumerous pedidos de moveis que lhe são feitos diariamente" (ARANHA, 1928: 194).

O lucro era o que garantia a sobrevivência das oficinas e do sistema penitenciário ensaiado desde finais do século XIX pelos governantes castilhistas. Há, aqui, portanto, uma continuidade com a política prisional dos tempos monárquicos, quando as despesas, ou, o que é a mesma coisa, a falta de lucro sentenciou o fechamento das oficinas de 1855 (CESAR, 2015). É inegável a importância do trabalho como elemento da ideologia correcional, mas ele somente não valia por si só para selar a sorte de qualquer proposta laboral.

Trabalho regrado, contabilizado pelos ponteiros do relógio, estímulo à geração de pecúlio, respeito à hierarquia e submissão constituíam a base moral-disciplinária da ideologia penitenciária promovida pelos governantes do Partido Republicano Rio-Grandense durante a República Velha no Rio Grande do Sul.

FONTES IMPRESSAS

Anuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial da Republica dos Estados Unidos do Brasil (1914). Obra Estatistica e de Consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Almanak Laemmert, 70° anno, 2° volumen, Estados, Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, Rio de Janeiro.

BOTELHO, Francisco C. de O. (1911), *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente Francisco*

Chaves de Oliveira Botelho em 1 de agosto de 1911, Typographicas do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Antonio A. B. de (1898), *Mensagem enviada à Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª sessão ordinaria da 3ª legislatura em 20 de setembro de 1898*, Oficinas Typographicas d' A Federação, Porto Alegre.

MEDEIROS, Antonio A. B. de (1913), *Mensagem enviada à Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinaria da 7ª legislatura em 20 de setembro de 1913*, Oficinas Typographicas d' A Federação, Porto Alegre.

MEDEIROS, Antonio A. B. de (1920), *Mensagem e proposta de orçamento enviadas à Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros na 4ª sessão ordinaria da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1920*, Oficinas graphicas d' A Federação, Porto Alegre.

ABBOTT, João (1903), *Relatorio apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 20 de agosto de 1903*, Oficinas Typographicas da Liv. do Commercio, Porto Alegre.

ALVES, Protasio A. (1912), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 9 de setembro de 1912*, Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, Porto Alegre.

ALVES, Protasio A. (1913), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1913*, Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, Porto Alegre.

ALVES, Protasio A. (1914), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1914*, Oficinas Graphicas da Casa de Correção, Porto Alegre.

ALVES, Protasio A. (1915), *Relatorio apresentado ao Ex. Snr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercicio do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado*

dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1915, Oficinas Graphics da Casa de Correção, Porto Alegre.

ALVES, Protasio A. (1916), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercicio do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1916, I Volume, Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre.*

ALVES, Protasio A. (1917), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 27 de agosto de 1917, I Volume, Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre.*

ALVES, Protasio A. (1919), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1919, Oficinas Graphics d' A Federação, I Volume, Porto Alegre.*

ALVES, Protasio A. (1921), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1921, Oficinas Graphics d' A Federação, I Volume, Porto Alegre.*

ALVES, Protasio A. (1922), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio A. Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 4 de setembro de 1922, Oficinas Graphics d' A Federação, I Volume, Porto Alegre.*

ALVES, Protasio A. (1924), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio A. Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 6 de setembro de 1924, Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre.*

ALVES, Protasio A. (1927), *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 24 de agosto de 1927, Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre.*

ARANHA, Oswaldo (1928), *Relatorio apresentado ao Dr. Getulio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Oswaldo Aranha, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior em 25 de agosto de 1928, Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre.*

BIBLIOGRAFIA

BODEA, Miguel (s/d), *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*, L&PM, Porto Alegre.

CESAR, Tiago da S. (2015), *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*, Oikos/Editora Unisinos, São Leopoldo.

CESAR, Tiago da S. (2021), "As oficinas e o trabalho penal dos condenados da Casa de Correção de Porto Alegre (1895-1930)", *Tempo*, no prelo.

CESAR, Tiago da S. e SZCZEPANIAK, Ivone (2019), "'E se fôr bem executado, não deixará de preencher as vistas, unicas, que o produzirão, de moralizar os condenados por meio do trabalho': as oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre (1855-1921)", in CESAR, Tiago da S., CABRAL, Flavio J. G., NASCIMENTO, Luís M. D. do e SANTOS, Maria E. V. dos (eds.), *História, Cultura e Patrimônio: Experiências de pesquisa*, Editora Fi, Porto Alegre, pp. 283-313.

DUPRAT, Catherine (1980), "Punir et guérir. En 1819, la prison des philanthropes", in PERROT, Michelle, *L'impossible prison. Recherches sur le système pénitentiaire au XIXe siècle*, Seuil, Paris, pp. 64-122.

FOUCAULT, Michel (2012), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Vozes, Petrópolis.

HOWARD, John (2003), *El estado de las prisiones en Inglaterra y Gales*, Fondo de Cultura Económica, México.

MAIA, Clarissa N. (2001), *Policidados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865 – 1915*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARIZ, Silvana F. (2004), *Oficina de Satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo (2006), *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Revan/ICC, Rio de Janeiro.

NETO, Flávio de Sa C. de A. (2015), *Punir, recuperar, lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

REICHEL, Heloisa J. (1980), *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul - 1910/1930*, Mercado Aberto, Porto Alegre.

RUSCHE; Georg; KIRCHHEIMER, Otto (2004), *Punição e estrutura social*, Revan, Rio de Janeiro.

SALLA, Fernando (2006), *As prisões em São Paulo: 1822-1940*, Annablume/Fapesp, São Paulo.

SANT'ANNA, Marilene A. (2009), "Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro", in: MAIA, Clarissa N., NETO, Flávio de Sa C. de A., COSTA, Marcos P. P., BRETAS, Marcos L. (eds.), *História das prisões no Brasil*, vol I, Rocco, Rio de Janeiro, pp. 283-314.

SANTOS, Myrian S. dos (2006), "Os porões da República: A Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930", *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez., pp. 445-476.

SILVEIRA, Maria H. P. (2009), *O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: Educação e Trabalho na Penitenciária do Ahú (1908)*, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SZCZEPANIAK, Ivone (2004), *A busca pelo cárcere perfeito: Casa de Correção de Porto Alegre (1835-1913)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

TOCQUEVILLE, Alexis de e BEAUMONT, Gustave de (2005), *Del sistema penitenciario en Estados Unidos y su aplicación en Francia*, Editorial Tecnos, Madrid.

TRINDADE, Cláudia M. (2018), *Ser preso na Bahia no século XIX*, Editora UFMG, Belo Horizonte.